



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 22 DE JANEIRO DE 2026

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [44/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a proceder à alteração ao Código Fiscal do Investimento, prorrogando o regime do SIFIDE II até 2026 e revogando a

possibilidade de aplicação indireta do SIFIDE II através de fundos de investimento, e do Projeto de Lei n.º [374/XVII/1.ª](#) (BE) — Elimina os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do SIFIDE a fundos de investimento e contribuições para fundos de investimento e capital de risco ou na aquisição de participações sociais. Intervieram, a diverso título, além da

Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais (Cláudia Reis Duarte), os Deputados [Patrícia Almeida](#) (CH), [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Hugo Costa](#) (PS), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Hugo Carneiro](#) (PSD).

Ao abrigo do [artigo 224.º-B](#) do Regimento, procedeu-se a um debate sobre política setorial, com a participação da Ministra da Administração Interna (Maria Lúcia Amaral), que abriu o debate, do Secretário de Estado da Proteção Civil (Rui Rocha), do Secretário de Estado da Administração Interna

(Telmo Correia) e do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna (Paulo Simões Ribeiro), que responderam às perguntas formuladas pelos Deputados [António Rodrigues](#) e [Fernando Queiroga](#) (PSD), [Cristina Rodrigues](#) e [Vanessa Barata](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) e [Nuno Fazenda](#) (PS), [Rui Rocha](#) (IL), [Paulo Muacho](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 13 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Muito boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, está aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 2 minutos.*

Peço aos Srs. Agentes da autoridade para abrirem as galerias para acesso do público que queira assistir aos nossos trabalhos.

*Pausa.*

Pedia aos Srs. Deputados, por favor, que tomassem os seus lugares para podermos dar início ao primeiro ponto da ordem do dia.

Cumprimento o Sr. Ministro e a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado.

Não há expediente para fazer referência.

*Pausa.*

O primeiro ponto de ordem do dia consiste na apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 44/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a proceder à alteração ao Código Fiscal do Investimento, prorrogando o regime do SIFIDE II até 2026 e revogando a possibilidade de aplicação indireta do SIFIDE II através de fundos de investimento, e do Projeto de Lei n.º 374/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Elimina os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do SIFIDE a fundos de investimento e contribuições para fundos de investimento e capital de risco ou na aquisição de participações sociais.

Para apresentar a iniciativa do Governo, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais e pedia aos Srs. Deputados que se encontram em pé o favor de se sentarem, para que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado tenha condições para fazer a sua intervenção.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado.

*Pausa.*

Só 1 segundo. Pela terceira vez, vou pedir aos Srs. Deputados o favor de se sentarem para a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado poder fazer a sua intervenção.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais** (Cláudia Reis Duarte): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A proposta de lei que hoje apresentamos insere-se numa estratégia do Governo de reforçar instrumentos de política fiscal ao serviço da competitividade da economia portuguesa, da inovação empresarial e da criação de valor sustentado.

Trata-se de uma iniciativa que visa prorrogar o regime do SIFIDE II (Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarias II), assegurando a sua continuidade, mas introduzindo, simultaneamente, alterações que reforçam a eficácia, a racionalidade e o impacto económico deste mecanismo.

O programa Acelerar a Economia, apresentado pelo XXIV Governo Constitucional, previu a revisão do regime do SIFIDE com o objetivo de promover maior previsibilidade e estabilidade para os agentes económicos, reforçar a eficácia deste mecanismo e maximizar o impacto económico do capital já aplicado em fundos e ainda não investido em empresas.

O SIFIDE é, desde a sua criação, em 1997, um instrumento central da política fiscal de apoio à inovação e à competitividade da economia portuguesa, permitindo às empresas deduzir à coleta de IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) uma parte significativa das despesas realizadas em atividades de investigação e desenvolvimento.

Ao longo dos anos, este regime contribuiu de forma muito relevante para reforçar a base tecnológica do nosso tecido empresarial, apoiar a criação de conhecimento e estimular a aproximação entre ciência e economia.

Importa, contudo, reconhecer que a evolução dos instrumentos e das práticas impõe uma avaliação contínua, garantindo que a despesa fiscal associada é eficaz, eficiente e alinhada com os objetivos da política pública que visa promover.

O Governo reconhece o importante papel desempenhado pelo SIFIDE e, precisamente por isso, entende que o regime deve evoluir à luz da experiência acumulada e das avaliações, entretanto, promovidas. E é neste contexto que se insere a iniciativa legislativa que hoje aqui apresentamos.

A experiência acumulada, em particular com a aplicação do chamado «SIFIDE indireto», revelou limitações estruturais relevantes, designadamente um desfasamento significativo entre os montantes deduzidos fiscalmente e o investimento efetivamente realizado em atividades de investigação e desenvolvimento, uma dificuldade na aplicação dos montantes disponíveis dentro dos prazos legais e um desalinhamento entre os recursos mobilizados e os projetos efetivamente elegíveis.

Estas conclusões constam, nomeadamente, do relatório da Unidade Técnica de Avaliação de Políticas Tributárias e Aduaneiras, a U-TAX, sobre avaliação de benefícios fiscais, que identificou que uma parte significativa do investimento para este efeito permanece retida, sem aplicação efetiva em atividades de investigação e desenvolvimento.

Por isso, a proposta que hoje aqui apresentamos assenta em quatro eixos fundamentais.

Em primeiro lugar, a prorrogação do regime do SIFIDE II na sua vertente de investimento indireto.

Em segundo lugar, a não prorrogação da possibilidade de aplicação indireta do SIFIDE através de fundos de investimento, pondo fim a um mecanismo que revelou os constrangimentos que já aponte na concretização do investimento em investigação e desenvolvimento. Importa sublinhar que esta decisão não inviabiliza a atividade dos fundos de SIFIDE nem os investimentos já realizados, mas visa evitar a perpetuação de um modelo cuja eficácia revelou os sobreditos constrangimentos.

Em terceiro lugar, como resposta responsável ao volume muito significativo dos montantes já entregues aos fundos e ainda não aplicados a investigação e desenvolvimento, que é superior a 1000 milhões de euros, a proposta prevê mecanismos para assegurar que o investimento já realizado para este efeito é efetivamente aplicado na economia. Por isso, prevê-se o alargamento dos prazos de investimento de três para cinco anos, tanto para os fundos como para as empresas investidas por estes. No mesmo sentido, prevê-se a possibilidade de que tais fundos possam ser aplicados em investimentos de inovação produtiva, desde que diretamente decorrentes de investigação e desenvolvimento anterior. Trata-se de uma opção que reforça a transferência de conhecimento, encurta a distância entre investigação e o mercado e cria valor económico efetivo. Simultaneamente, procede-se à simplificação de procedimentos, eliminando a exigência de reconhecimento prévio de idoneidade por parte da ANI (Agência Nacional de Inovação). E esta medida insere-se numa lógica de simplificação e desburocratização.

Por fim, e como quarto eixo, acolhe-se uma recomendação da Inspeção-Geral de Finanças, clarificando as regras aplicáveis aos grupos de sociedades, de modo a garantir a aplicação homogénea e juridicamente segura das taxas incrementais.

A proposta inclui ainda uma regra clara de incompatibilidade entre o benefício do SIFIDE e o financiamento das mesmas despesas por outros apoios públicos, nacionais ou internacionais, reforçando a integridade do sistema e evitando situações de dupla vantagem. Este é um princípio essencial para a credibilidade da política fiscal e para a boa gestão dos recursos públicos.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Governo não encara esta revisão como um ponto de chegada, mas como um passo responsável de transição deste regime. Está por isso prevista a constituição de um grupo de trabalho que, ao longo do ano de 2026, procederá a uma avaliação aprofundada do regime, por forma a assegurar que Portugal dispõe de um instrumento moderno, atrativo e eficaz na captação de investimento em investigação e desenvolvimento empresarial.

Em suma, a proposta de lei que hoje submetemos à apresentação deste Parlamento visa manter este instrumento de incentivo à investigação e desenvolvimento, garantir que a despesa fiscal se traduz em investimento real e produtivo, aproximar o conhecimento científico e tecnológico da economia e assegurar maior rigor, mais transparência e mais previsibilidade no regime.

Trata-se, pois, de uma iniciativa alinhada com os objetivos de crescimento, inovação e competitividade do País. Contamos, por isso, com este Parlamento para aprovar esta iniciativa, que constitui um instrumento essencial da política pública fiscal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado António Mendonça Mendes está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Era para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Com que objetivo, Sr. Deputado?

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Com o objetivo de distribuição de um documento, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os fundamentos da democracia representativa liberal...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Liberal?...

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — ... são legislar sobre impostos. E eu gostaria, Sr. Presidente, de distribuir um documento que produzimos, com base no trabalho dos serviços da Assembleia da República, que mostra que, nos últimos 30 anos,...

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

... o número de autorizações legislativas que foram dadas neste Parlamento...

*O orador exibiu o documento que mencionou.*

... é quase tanto como o número de autorizações legislativas que este Governo já teve da Assembleia da República.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — São legítimas, estão na Constituição!

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído o documento, Sr. Deputado. Muito obrigado.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — E, Sr. Presidente, se me permitir, apenas para terminar, para concluir, todas e todos os Srs. Deputados devem decidir...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — ... se querem ou não anular o poder legislativo...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — ... da Assembleia da República.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, tem de cortar o microfone!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quando é com a direita, corta o microfone; com a esquerda, já não!

O Sr. **Presidente**: — A justificação tem de ser sempre uma justificação muito restrita, porque não é para usar a palavra para expor teorias a propósito do que é falado, mas sim para a justificação da junção, pelo que deve ser o mais sintético possível, tal como diz o nosso Regimento. Pedia atenção a isso, porque senão, depois, cria-se o contraditório e esse não é o ponto da ordem de trabalhos.

Sr. Deputado, faça o favor de fazer chegar o documento à Mesa, que será distribuído.

A Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado tem dois pedidos de esclarecimento. Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Almeida.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Almeida** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, o Governo traz-nos hoje uma proposta que, curiosamente, começa por admitir aquilo que durante anos foi negado — que o SIFIDE, tal como foi aplicado, falhou nos seus objetivos fundamentais.

O próprio Governo reconhece, na exposição de motivos, e passo a citar, «[...] um desfasamento significativo entre os montantes deduzidos fiscalmente e a efetiva concretização de investimentos em I&D (Investigação e Desenvolvimento)», admitindo que mais de 1000 milhões de euros permanecem retidos em fundos sem aplicação efetiva na economia real.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Almeida** (CH): — Estamos, portanto, perante um caso claro de despesa fiscal sem retorno conhecido, paga por todos os contribuintes, mas usufruída por poucos.

Perante isto, o que faz o Governo? Qual o seu diagnóstico? Em vez de exigir responsabilidades, em vez de avaliar quem beneficiou, em vez de apurar se houve ou não planeamento fiscal, o Governo opta hoje por alargar prazos, flexibilizar regras e criar novas formas de elegibilidade, incluindo agora a chamada «despesa de inovação produtiva».

Ou seja, quando o sistema falha, o Governo não corrige, vai acomodar. Estamos a falar de milhões de receita fiscal perdida, decidida por via indireta, sem avaliação pública clara do seu impacto económico.

**Vozes do CH**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Almeida** (CH): — É por isso que isto nos levanta sérias dúvidas, não só fiscais como também políticas.

Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, se o Governo reconhece que mais de 1000 milhões de euros ficaram retidos em fundos de investimento real e em I&D, quantas empresas beneficiaram efetivamente de deduções fiscais sem que o correspondente investimento tenha sido concretizado? Isto é importante esclarecer.

E onde está a garantia de que não estamos apenas a legitimar planeamento fiscal não executado?

Incentivar a economia — sim, mas sem retorno — não!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra o Sr. Deputado Alberto Fonseca, do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quando é que fala o Jorge Pinto?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Já falou tudo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Até o Manuel João Vieira teve mais votos!

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr. Presidente, se me permite, gostaria de fazer um comentário prévio em relação à interpelação à Mesa do Partido Socialista. Quando nós vemos que o Partido Socialista se dá ao

trabalho de fazer um gráfico muito bonito para criticar o número de autorizações legislativas a que este Governo recorre, isto diz muito. Significa que não tem mais nada que criticar do trabalho que o Governo está a fazer e que é sinal de que o Governo está a fazer bem o seu trabalho.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, o aumento da competitividade das nossas empresas, da nossa economia, é um dos pilares essenciais para a criação de riqueza que permitirá um maior desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida dos portugueses. E o SIFIDE tem sido um importante instrumento na prossecução desse objetivo com o estímulo ao investimento em I&D.

Por isso, saudamos o Governo pela prorrogação desse sistema em 2026, bem como a desburocratização do mesmo com a simplificação de processos.

Mas também saudamos pelo ímpeto reformista que o Governo tem e pela vontade de rever esse sistema, aliás, conforme consta do Programa do Governo, aprendendo também com a experiência acumulada.

É que na atribuição de benefícios fiscais temos de ser rigorosos e temos também de assegurar a eficácia da medida. E a análise técnica efetuada permitiu concluir que o chamado «SIFIDE indireto» não está a cumprir o seu objetivo, uma vez que os incentivos entre os diversos agentes não estão alinhados.

Como a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado referiu há pouco, são mais de 1000 milhões de euros que estão parados em fundos de investimento e que não estão a ser canalizados para a economia, para I&D, tal como seria suposto.

Por isso, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, coloque-lhe uma questão. Segundo o último relatório da despesa fiscal, entre 2021 e 2024, em apenas quatro anos, a despesa fiscal do SIFIDE praticamente duplicou, passando de 480 milhões de euros para 875 milhões de euros, e acreditamos que a parte do SIFIDE indireto seja uma componente muito relevante desta despesa fiscal.

Por isso, aquilo que lhe pergunto é se nos sabe dizer qual é o montante dos benefícios fiscais ou créditos fiscais associados ao SIFIDE indireto e se esse valor não seria mais eficazmente aplicado noutras medidas.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, faça favor. Dispõe de 43 segundos, mais a tolerância.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Almeida, esta proposta não traz — aliás, ao contrário — nenhum aligeiramento do controlo, e os montantes que estão nos fundos e ainda não foram aplicados poderão e deverão vir a sê-lo, sob pena de o benefício fiscal se perder.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Aquilo que se quer é uma transição responsável e garantir que todos esses milhões chegam à economia real e cumprem o objetivo e o propósito do regime,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — ... que é inovação e desenvolvimento.

Portanto, quanto a isso, o que lhe posso dizer é que não há nenhum aligeiramento do controlo nesta proposta. Nenhum.

Sr. Deputado Alberto Fonseca, muito rapidamente, a despesa fiscal, como disse, em 2024, que são os últimos números de que dispomos, foi de 875 milhões, dos quais, em números aproximados, mais ou menos 500 milhões corresponderão ao SIFIDE indireto e, portanto, é essa despesa e o impacto na economia e o desfasamento desse impacto que procuramos solucionar com esta...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem a palavra para a apresentação do diploma do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O SIFIDE nasceu, alegadamente, com o propósito de incentivar investigação e desenvolvimento, mas transformou-se, muito rapidamente, numa autoestrada para a evasão fiscal e para o financiamento sem risco, curiosamente, de fundos de capital de risco.

Só em 2024, como a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado já recordou, custou ao País 875,5 milhões de euros. É a maior borla fiscal em sede IRC, dos quais 500 milhões de euros correspondem ao SIFIDE indireto.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso! Dá-lhe!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E para onde vai esse dinheiro? Em grande parte, não vai para laboratórios ou para os cientistas, muito menos investimentos em inovação, mas para fundos de investimento que garantem abatimentos fiscais de até 82,5 %.

O sistema atingiu um nível de perversidade absoluta. Mesmo que um fundo de investimento perca todo o dinheiro aplicado, o investidor e a gestora continuam a lucrar. Porquê? Porque o benefício fiscal é tão generoso que cobre o prejuízo e ainda paga comissões de gestão abusiva.

Basicamente, é o Estado português a subsidiar o risco zero para o capital financeiro, enquanto a ciência real, não poucas vezes, mendiga por míseras verbas.

A Inspeção-Geral das Finanças já alertou, diversas vezes, para a falta de controlo, detetando milhões de euros em créditos indevidos, como inclusivamente agora assumiu a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado.

Estamos perante uma subversão total. O que devia ser inovação é, na verdade, uma operação contabilística para pagar menos impostos.

Não há nenhuma justificação para que, no Orçamento do Estado, os contributos dos portugueses continuem a alimentar este esquema.

Por isso, propomos a revogação dos benefícios fiscais para fundos de investimento, no âmbito do SIFIDE.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao orador seguinte, anuncio à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 30 autarcas do concelho de Torres Vedras e um grupo de cerca de 60 alunos e professores da Escola EB1 de Santo Estêvão, de Benavente, que estão nas respetivas galerias.

*Aplausos gerais.*

Para uma intervenção, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Hugo Costa, do Partido Socialista.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Estamos perante mais uma autorização legislativa, solicitada pelo Governo, para alterar o regime do SIFIDE.

E começo precisamente por aqui, porque este é o primeiro e muito relevante ponto desta discussão política. O Governo da AD (Aliança Democrática) insiste numa prática que contraria aquilo que era a norma democrática: a sistemática subtração de competências à Assembleia da República,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É só isso que tem a dizer?

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — ... recorrendo repetidamente a autorizações legislativas para intervir em matéria fiscal, e em particular no domínio dos benefícios fiscais, onde o escrutínio parlamentar não é apenas relevante, como é também indispensável.

A matéria fiscal esteve na origem dos Parlamentos modernos. A história ensina-nos isso. É um tema central para a legitimidade democrática da representação política.

É exatamente por essa razão que, independente do mérito de algumas soluções apresentadas, não podemos aprovar este diploma, ainda que não o bloqueemos.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

E não venham a falar do passado, porque, quando o Partido Socialista esteve no Governo, as alterações ao SIFIDE foram sempre discutidas na especialidade, no âmbito do debate político e técnico,...

A Sr.<sup>a</sup> **Júlia Rodrigues** (PS): — É verdade!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — ... com propostas vindas de outros partidos, incluindo do PSD, que agora impede esse debate, ao optar por esta técnica legislativa.

*Aplausos do PS.*

Não é aceitável que esta Assembleia seja tratada como um mero conjunto de técnicos de carimbo. Não aceitamos ser tratados dessa forma.

O Governo não pode e não deve habituar-se a legislar por autorização, sempre que a complexidade ou a sensibilidade do tema exigem exatamente o contrário: mais debate, mais democracia, mais controlo e mais transparência.

*Aplausos do PS.*

Não consideramos que este caminho sirva a transparência que deve nortear a ação política.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quanto ao conteúdo da proposta, seremos claros. Temos uma posição favorável à aplicação do SIFIDE por mais um ano e, igualmente, uma posição de princípio favorável ao fim do denominado «SIFIDE indireto»,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — ... isto é, a dedução através de fundos de investimento, que se aplicam às empresas de investigação e desenvolvimento.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Criado nos vossos tempos!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Recordamos que o SIFIDE foi criado em 1997, num Governo liderado por António Guterres, com o objetivo de estimular o investimento empresarial e a investigação e desenvolvimento.

O SIFIDE II tem, por isso, um percurso meritório e reconhecido no sistema científico e económico. A prorrogação até 2026 é coerente e, por isso, positiva.

Com o tal mecanismo indireto criado em 2014, os problemas são conhecidos: falhas de execução, dificuldades em cumprir prazos, desalinhamento entre capital acumulado e projetos efetivamente elegíveis.

Ainda assim, sublinhamos uma preocupação: o mercado de capitais nacional é débil e não pode ser ainda mais fragilizado. É importante que o Governo apresente alternativas sérias para fortalecer o mercado de capitais, agora que termina este benefício fiscal.

Deixamos esta preocupação, por sentido de responsabilidade, porque sabemos que um mercado de capitais robusto é essencial para o investimento, para o financiamento das empresas e para uma economia mais competitiva.

Porém, nesta proposta, existe um ponto que especialmente nos suscita reservas. O Governo introduz um conceito novo: investimentos em inovação produtiva. É um conceito aberto, indeterminado e tecnicamente inexistente, e isso pode gerar complexidade, arbitrariedade e até eventual litigância futura.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é nada! Devia estar ligado!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Se o objetivo era reforçar a eficácia, a previsibilidade e a racionalidade do regime, introduzir conceitos vagos corre o risco de levar exatamente ao oposto.

O benefício fiscal tem de ser objetivo, claro e verificável. Este dificilmente o será, e isto torna-se ainda mais sensível, sendo um regime transitório.

O Governo reconhece que o regime indireto falhou e nós não nos opomos ao seu fim, mas simultaneamente criou uma exceção que permite canalizar até 20 % do capital acumulado nos fundos para esta nova categoria de inovação produtiva, cujo âmbito exato ninguém conhece.

Não é coerente terminar com um regime por ser excessivamente utilizado e mal utilizado e, no mesmo diploma, abrir uma via alternativa mais permissiva e menos controlada.

Acresce que se elimina o reconhecimento prévio de idoneidade pela Agência Nacional de Inovação, retirando um mecanismo de verificação num regime que o próprio Governo descreve como tendo sido problemático, mas que para nós era um instrumento de rigor que devia ser preservado.

E aumenta-se ainda de três para cinco anos o prazo de realização de investimentos — mais uma cedência, mais uma dilação, mais tempo para corrigir incumprimentos que deveriam ter sido resolvidos no prazo original.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, reconhecemos que existem aspetos positivos, nomeadamente a proibição de acumulação entre o SIFIDE direto e indireto, mas o balanço global é evidente.

Temos um Governo que pede demasiado e oferece demasiado pouco, que pede poderes relativos excepcionais em matérias que exigem escrutínio parlamentar, promete rigor, mas introduz um conceito indeterminado, promete controlo, mas reduz mecanismos de verificação.

E é por isso, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que não acompanharemos o Governo no método, no processo e em partes da solução, mas reconhecemos igualmente a necessidade de prorrogar o SIFIDE e a importância de determinar o registo indireto, passos que não queremos bloquear.

Por isso, viabilizamos o diploma, mas lamentamos que o Governo tenha impedido um trabalho sério na especialidade. Isso é algo que fica na responsabilidade deste Governo.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves, felicito o Sr. Deputado Miguel Guimarães, que faz hoje anos.

*Aplausos gerais.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Miguel, onde é que é o jantar?

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Em sua casa!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Muito parabéns, Sr. Deputado Miguel Guimarães.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh lá, é porque vão votar no mesmo!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Esta proposta deve ser analisada em dois planos distintos: o do diagnóstico e o do método. Começo pelo diagnóstico.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh! É porque vão votar no Seguro!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Também quer parabéns, Sr. Deputado? Não faz anos hoje, pois não?

*Risos do L, do CH e do PS.*

Começo pelo diagnóstico, para que não haja ambiguidades.

Há problemas reais no regime do SIFIDE, em particular na sua vertente indireta.

Durante anos, assistimos à financeirização de um incentivo que devia servir à investigação e a desenvolvimentos efetivos. Houve capital retido em fundos, houve atrasos prolongados na aplicação de recursos e houve um desfasamento significativo entre a despesa fiscal assumida pelo Estado e o impacto económico real dessa despesa.

Nesse sentido, a opção de não prorrogar o SIFIDE indireto vai ao encontro de uma crítica que o Livre tem feito e que saúda. Os benefícios fiscais devem estar ligados a investimento efetivo, comprovável e com retorno económico e social claro.

Porém, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, reconhecer o diagnóstico não significa aceitar, sem reservas, o modo como o Governo decidiu legislar.

O Governo da Aliança Democrática tem recorrido, de forma excessiva, às autorizações legislativas, transferindo para si competências que a Constituição reserva a esta Assembleia, em particular em matéria fiscal.

Desde que tomou posse, esta já é a décima segunda autorização legislativa nesta área, um número manifestamente excessivo e que fragiliza o papel do Parlamento. Este mecanismo é constitucional, mas, quando o seu uso se torna regra, o Parlamento deixa de decidir e passa apenas a autorizar.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Opções políticas relevantes ficam remetidas para decreto-lei, com menor escrutínio democrático.

Importa sublinhar isto com clareza: o nosso desacordo não é com a identificação dos problemas, é com a forma escolhida para os resolver.

Ora, a proposta reconhece que mais de 1000 milhões de euros ficam retidos sem aplicação efetiva em investigação e desenvolvimento. Ainda assim, opta por soluções transitórias e adia uma revisão estrutural para um grupo de trabalho que funcionará agora em 2026.

Falta clareza sobre como se evita a repetição dos erros do passado e falta clareza sobre como se garante que o benefício fiscal gera valor económico adicional real.

O Livre quer ser claro. Incentivos à inovação são essenciais, mas só são úteis se houver transparência, controlo democrático e uma ligação efetiva à economia real, em particular às pequenas e médias empresas, à investigação pública, ao interesse coletivo e à transição climática.

É por isso que entendemos que um regime como o SIFIDE deve ser discutido e decidido, nesta Câmara, artigo a artigo e não predominantemente desenhado fora dela, por via de autorizações legislativas.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, há problemas que precisam de ser corrigidos. Reconhecemos escolhas que vão no sentido certo, mas também há fragilidades e há um padrão preocupante de governação que não podemos ignorar.

Mais inovação e mais conhecimento exigem melhores políticas públicas e melhores...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP, faça favor.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Discutimos hoje a revisão e prorrogação do SIFIDE II, no âmbito do Código Fiscal do Investimento.

Deixem-me que comece esta minha intervenção por dizer que, na qualidade de Secretário de Estado de Assuntos Fiscais, empenhei-me pessoalmente pela aprovação do novo Código Fiscal do Investimento, em 2014, que continua ainda em vigor e que procedeu efetivamente a um conjunto de melhorias a diversos elementos do SIFIDE II.

Hoje, é precisamente isso que novamente fazemos neste debate: introduzir benfeitorias no regime fiscal de apoio à investigação e ao desenvolvimento para reforçar a inovação e a modernização das nossas empresas e da nossa economia.

As propostas que o Governo apresenta, em sede de autorização legislativa, têm três prioridades essenciais. Em primeiro lugar, a previsibilidade; em segundo lugar, a eficiência; e, em terceiro lugar, a simplificação do regime.

Desde logo, quanto à questão da previsibilidade, que é uma matéria essencial para reforçar a confiança dos investidores, o SIDIFE II apoia hoje mais de 5000 empresas, que inovam todos os dias em Portugal, no valor de mais de 630 milhões de euros só em 2023.

Por isso, saúda-se a sua prorrogação para 31 de dezembro de 2026, mas saúda-se também a intenção do Governo de melhorar ainda mais o regime, a partir de 2027.

Em segundo lugar, o reforço da eficiência do regime com a não-prorrogação da possibilidade de aplicação indireta do SIFIDE II através dos fundos de investimento. Como já foi dito, esta solução justifica-se pelo facto de existirem hoje, nos fundos, recursos que não foram investidos num valor superior a mil milhões de euros, o que contraria por completo a lógica do regime, mas é importante dizer que esta não-prorrogação não só não afeta os investimentos já realizados como é acompanhada do alargamento do prazo de três para cinco anos, para que esses investimentos e esse valor de mil milhões de euros possa, efetivamente, chegar à economia e às empresas.

Em matéria de eficiência, também se saúda o facto de haver um alargamento das atividades elegíveis para efeitos do SIFIDE. Até agora, eram só atividades de Investigação e Desenvolvimento e agora passa também a aplicar-se a investigação e inovação produtiva relacionadas com a investigação anterior.

Para terminar, quero dizer que, depois da redução de dois pontos percentuais no IRC, de 21 % para 19 %, e depois da linha de trajetória traçada para reduzir o IRC até 17 % em 2028, o Governo aposta agora no reforço do regime fiscal de apoio à inovação das empresas em Portugal.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não é reforço nenhum!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — São dois sinais muito poderosos, no sentido não só de modernizar a nossa economia como de apostar na inovação. Sobretudo, são dois sinais que reforçam o contraste com uma década socialista perdida.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Eduardo Teixeira, do Chega, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr. Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A proposta de lei que hoje aqui discutimos introduz alterações relevantes ao regime do SIFIDE, Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial. Este é um instrumento que, há mais de duas décadas, tem sido apresentado como central na política pública, na promoção da investigação e no desenvolvimento empresarial em Portugal.

O Governo justifica estas alterações com a necessidade de reforçar a eficácia e a racionalidade da despesa fiscal, evocando avaliações que apontam para um desfasamento significativo entre benefícios fiscais concedidos e o investimento efetivo realizado em investigações de I&D, em particular o SIFIDE indireto.

Este diagnóstico merece, de facto, atenção, até porque um estudo realizado pela Nova SBE (School of Business and Economics) sobre fundos SIFIDE, que nos foi dado a conhecer em audição realizada nesta Casa, mostra uma análise muito diferente,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — ... Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, daquela que poderá estar prevista na sua proposta de lei, nomeadamente no fim do SIFIDE indireto, o que poderá prejudicar o setor do capital de risco em Portugal.

Não conhecemos, de forma transparente, a taxa real de execução dos investimentos ou o impacto económico efetivo do regime em termos de IRC numa avaliação contrafactual que nos evidencie o que teria acontecido ao investimento na ausência deste mecanismo.

Estamos, assim, perante uma alteração estrutural de um benefício fiscal relevante, sem uma avaliação robusta que permita ao Parlamento decidir de forma plenamente informada.

Acresce que o fim da possibilidade futura de aplicação indireta do SIFIDE através de fundos de investimento levanta um problema sério de previsibilidade e confiança neste modelo que foi criado, promovido e sucessivamente ajustado pelo próprio Estado, levando muitas empresas e investidores a incorporá-lo nas suas decisões de médio a longo prazo. A sua eliminação, ainda que com um regime transitório, transmite um sinal de instabilidade que poderá ter efeitos negativos na atratividade do País para investimento em inovação.

Há também um facto que não pode ser ignorado. O impacto do financiamento das *start-ups* tecnológicas e projetos de elevado risco que encontram nos fundos SIFIDE uma das poucas fontes de capital paciente disponível no mercado nacional. O Governo elimina este canal, mas não explica de forma clara que instrumentos o substituirão.

Por outro lado, a introdução da inovação produtiva como despesa elegível procura responder à dificuldade de aplicação de fundos já existentes. A intenção é compreensível, mas, sem critérios rigorosos e fiscalização eficaz, existe o risco de diluir o foco do SIFIDE, transformando-o num instrumento de apoio indireto ao investimento produtivo tradicional com sobreposição de outros programas públicos.

Finalmente, importa sublinhar que o Governo prorroga o regime até 2026, mas adia para um grupo de trabalho — sempre para um grupo de trabalho! — futuro a revisão deste modelo.

Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, esta proposta levanta mais perguntas do que respostas. O combate à ineficácia é legítimo, mas não pode ser feito à custa da previsibilidade e da transparência do financiamento em inovação empresarial. Exigimos dados...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Filipe, para quê?!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A presente proposta prorroga o Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial até 2026. Entendemos que a estabilidade dos incentivos à Investigação e Desenvolvimento é essencial para dar previsibilidade às nossas empresas, que inovam, que criam emprego qualificado e acrescentam valor à economia, mas esses incentivos têm de ser feitos com maior rigor e transparência.

Para nós, o essencial é simples: os incentivos fiscais têm de chegar às pequenas e médias empresas, às *start-ups*, aos centros de conhecimento e não ficar concentrados em esquemas financeiros opacos. Exigimos, assim, clareza nos incentivos, envolvendo, sobretudo, o Parlamento nesta discussão e, quiçá, na respetiva regulamentação.

Apoiamos a inovação, apoiamos a ciência, mas exigimos transparência, eficácia e justiça fiscal. É isso que os portugueses esperam deste Parlamento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porque é que o PS não bate palmas ao apoiante do Seguro?!

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, tem a palavra.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Portugal tem um milhão de empresas, mais de quatro milhões e 500 mil pessoas trabalham no setor privado. Este é o motor da nossa economia, é o motor de riqueza e o motor de prosperidade também.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mas poderia ser muito mais se o Estado não se metesse no caminho. Vamos perceber como é que chegámos até aqui.

Em primeiro lugar, o Estado esmaga as pessoas e as empresas com impostos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — António José Seguro!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Como consequência, as pessoas e as empresas ficam com menos capital para investir, incluindo em Investigação e Desenvolvimento.

Então, o Estado cria um mecanismo que permite ir buscar parte desse capital desviado em impostos, desde que faça Investigação e Desenvolvimento.

*Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — António José Seguro!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Para isso, cria-se mais uma máquina no Estado, alimenta-se consultoria especializada e multiplica-se burocracia.

As empresas, muitas vezes sem capacidade para fazer Investigação e Desenvolvimento elas próprias, são então empurradas para financiar quem o faça.

Entretanto, o Estado descobre que este mecanismo indireto, que o próprio Estado criou,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... gera distorções e deixa capital parado. E agora responde a uma falha do Estado com exceções, com regimes transitórios, com tetos, prazos diferenciados e ainda inovações semânticas, como «inovação produtiva complementar».

*Protestos do CH.*

Citando aqui Ronald Reagan: «Se se mexe, taxe-se. Se continua a mexer, regule-se. Se parou, subsidie-se».

Ora, está fechado o ciclo do intervencionismo. É que permitir que 20 % do capital vá para inovação produtiva — seja lá o que isso for, verdade seja dita — é, aliás, uma confissão de derrota.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ah, nota-se bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Estamos basicamente a dizer que nem todo o dinheiro vai para Investigação e Desenvolvimento, mas pelo menos que algum sirva para alguma coisa também.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não, não!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ora, Srs. Membros do Governo, o Estado não foi criado para dizer às pessoas e às empresas onde devem investir do seu capital. Foi criado para garantir condições de estabilidade, de liberdade, previsibilidade e confiança para que o capital seja alocado pelas pessoas e pelas empresas para criar valor e não feito por quem regula.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Na Iniciativa Liberal iremos continuar a pugnar por uma redução alargada de impostos, para que as pessoas sejam livres para criar, empreender, produzir, inovar e investir.

E, segundo um estudo da Nova SBE, quando devolvemos o dinheiro de IRC às pessoas, isso tem impacto. Nas empresas estudadas, o emprego aumentou em 50 %, o investimento aumentou entre 40 % e 50 %,...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... o retorno para a empresa aumentou em 50 %, o salário dos trabalhadores e a produtividade aumentaram também.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Quanto?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não investiram diretamente em Investigação e Desenvolvimento, permitiram que os outros o fizessem e receberam o seu IRC de volta.

*Protestos do Deputado do PS Miguel Matos e contraprotestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.*

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Foi o acordo de IRC do Seguro!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, se assim é através deste mecanismo complexo, imagine-se se baixássemos diretamente os impostos às empresas o que é que elas não poderiam fazer.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Estamos a fazer isso!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Por isso, por esses motivos, vamos continuar a lutar...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos da IL.*

*Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Tu estudaste na Nova!

*Protestos do Deputado do PS Miguel Matos e contraprotestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não discutas com o teu colega! Ele terminou e disse: Vota Seguro!

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora é a Iniciativa Socialista!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados...

*Continuação de protestos do Deputado do PS Miguel Matos e contraprotestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes, do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio e do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Sr. Deputados!

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e contraprotestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

Sr. Deputado, a sua intervenção já terminou, agora é a intervenção do Sr. Deputado Alfredo Maia. Pode ser?

*Continuação de Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e contraprotestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

Pode ser?

Muito obrigado.

Sr. Deputado Alfredo Maia, tem a palavra.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Voltamos hoje a discutir o SIFIDE, um benefício fiscal em sede de IRC que subtraiu ao Estado, só entre 2018 e 2024, mais de 3700 milhões de euros, a que se somam os 3100 milhões de euros entre 2006 e 2019.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O dinheiro é das pessoas!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Voltamos a perguntar: afinal, onde é que fica o benefício?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Nos salários!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — O PCP não tem dúvidas de que a Investigação e Desenvolvimento é uma ferramenta fundamental para a evolução, a dinamização e a modernização dos meios de produção, com incorporação tecnológica nos processos e nos equipamentos. São, aliás, o consabidamente baixíssimo investimento público e privado e a baixa incorporação tecnológica que explicam a baixa produtividade aparente do trabalho, ou seja, o baixo investimento de capital nos setores produtivos.

O País precisa de acabar de vez com o SIFIDE, que, sendo temporário, vigora, afinal, há três décadas, Srs. Deputados. A proposta de lei do Governo pretende prolongá-lo por, pelo menos, mais um ano, ao mesmo tempo que subordina a Fundação para a Ciência e Tecnologia à Agência Nacional para a Inovação,...

*Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.*

... e assume que quem manda na política portuguesa de Investigação e Desenvolvimento é o capital privado, e só o capital privado.

O SIFIDE foi referenciado pela Autoridade Tributária por fraudes generalizadas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Polícia com eles!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Em resposta ao PCP, o Ministro de Estado e das Finanças assumiu que, só desde 2020, foram detetadas 1182 situações envolvendo 29 milhões e 700 mil euros.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ministério Público com eles!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — O PCP opôs-se aos prolongamentos e alterações sucessivas ao SIFIDE, porque não cumpre o propósito de aumentar a despesa com atividades de Investigação e Desenvolvimento em benefício da sociedade.

Portugal precisa de uma política decidida pelo País para suprir os gravíssimos défices, designadamente no setor alimentar e de produção industrial, que conduza à alteração do perfil de especialização, que rejeite os baixos salários, que ponha termo à expulsão de jovens qualificados para o estrangeiro e, já agora, que rejeite o pacote laboral.

As prioridades da política de Investigação e Desenvolvimento não podem ficar aos critérios do capital privado, mas vem o Governo apresentar nesta proposta a eliminação, pame-se, da exigência de prévio reconhecimento da idoneidade em matéria de Investigação e Desenvolvimento. É avançar em marcha atrás.

*Aplausos do PCP.*

*Protestos do CDS-PP e de Deputados do CH.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro, do PSD, para uma intervenção.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Tem sido muito curiosa a discussão que hoje aqui estamos a fazer sobre esta matéria, porque, de facto, chego à conclusão de que há muitos dos Srs. Deputados que estão completamente desfasados da realidade, não só da realidade portuguesa, mas também da realidade mundial.

Srs. Deputados, há uma instituição que todos certamente reputamos como credível e credenciada para tratar estes assuntos, que é a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). A OCDE tem vindo a insistir e a propor medidas que os países devem adotar no âmbito fiscal, precisamente para incentivar a Investigação e Desenvolvimento com regimes fiscais próprios, retirando, cada um desses países, outros regimes fiscais que podem não trazer o desenvolvimento e o crescimento de que os países necessitam.

Portanto, ouvir aqui, por exemplo, a Iniciativa Liberal criticar este regime, com uma determinada narrativa que acabámos de ouvir, não deixa de ser surpreendente, porque ignora completamente o que acontece noutros países do mundo, nomeadamente nos países da União Europeia.

Só para dar alguns exemplos, Srs. Deputados, era bom que tivéssemos noção de qual é a despesa, em percentagem do PIB (produto interno bruto), que alguns países europeus fazem: a Suécia, 3,57 %; a Bélgica, 3,36 %; a Áustria, 3,26 %; a Finlândia, 3,22 %. E podia continuar por aí.

O que é que estes países que aqui referi têm que os distingue de Portugal? Um PIB *per capita* superior ao português.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, é que os emigrantes não puderam votar!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É que esta Investigação e Desenvolvimento é essencial para cada país, precisamente para promover o crescimento económico, o desenvolvimento e, naturalmente, o crescimento dos salários reais em cada país. E Portugal está atrás nesta matéria e, portanto, compreendemos muito bem aquilo que o Governo aqui traz, que é propor o fim dos incentivos via fundos de investimento. Aliás, a bancada do PSD já o tinha proposto em 2022, no âmbito do Projeto de Lei n.º 380,...

**Vozes do PSD**: — Muito bem! Bem lembrado!

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... que aqui não foi viabilizado. E, portanto, é preciso ter noção da importância da Investigação e Desenvolvimento para o País.

Ouvi aqui também alguns Srs. Deputados a questionar, por exemplo, o que é isso da investigação produtiva. Desconhecem os manuais que existem sobre investigação e desenvolvimento; desconhecem, por exemplo, o que é investigação incremental sobre investigação que previamente foi executada, Srs. Deputados.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É que se dominarem os conceitos, vocês percebem aquilo que é proposto no Parlamento, Srs. Deputados.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade, vão estudar!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Assim, não deixa de ser surpreendente aquilo que aqui ouvimos. Portanto, é positiva a prorrogação do prazo dos incentivos, eliminando agora os incentivos aos fundos de investimento, mas sem fazer um corte. Ouvimos aqui o Chega criticar: coloca-se em causa a previsibilidade.

**Vozes do PSD:** — Exatamente!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ora, é precisamente isso que o Governo propõe, é que quem já fez os investimentos tenha agora um prazo mais ajustado ao período real de inovação, que é de 5 anos. E se não o cumprir, tem de devolver os incentivos — não há borlas fiscais deste Governo.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas também não deixa de ser surpreendente ter ouvido o Chega, por um lado, numa das suas intervenções, dizer que este regime não serve para nada e depois, na outra intervenção, dizer que afinal serve para alguma coisa. E estava muito indignado.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Incoerências!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É sempre a mesma conversa! É a cassette do PCP! Já não cola essa cartilha!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não deixa de ser surpreendente.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Incoerências!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, estamos de acordo, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, com aquilo que aqui é proposto e que iremos viabilizar, naturalmente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É essa arrogância que faz os 11 %! Só vos fica mal! Deviam era atacar os socialistas!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não posso deixar de dizer que o problema do projeto de lei do Bloco de Esquerda é que cria um corte, sem haver um período de transição. E isso nós não podemos viabilizar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

O Sr. **Presidente:** — Para encerrar o debate, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, que dispõe de 2 minutos para o efeito.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais:** — Sr. Presidente, deixe-me aproveitar os dois minutos, ainda que muito poucos, para esclarecer aqui alguns dos pontos que nestas últimas intervenções foram abordados.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves, dizia que o alargamento do prazo ou a possibilidade de investimento em inovação produtiva são cedências, mas não são cedências. Não são nenhum tipo de cedências a ninguém, são mecanismos para que o dinheiro, já levantado e disponível para este fim, seja efetivamente utilizado para este fim.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Depois, o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes falava em inovação semântica, creio que era isso que nos dizia. A inovação produtiva não é — como, de resto, o Sr. Deputado Hugo Carneiro já esclareceu —...

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

... uma inovação semântica. O decreto-lei autorizado remete expressamente para um conceito que está há muito tempo fixado e determinado...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Tem de estudar!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — ... e, portanto, a inovação produtiva é *Go-to-Market* — se posso usar o inglesismo —, decorrente de uma Investigação e Desenvolvimento anterior. É só isto.

Portanto, e para terminar, este diploma, e esta proposta, não é uma rutura com o passado. É uma evolução responsável de um instrumento — que todos aqui reconheceram unanimemente, o que é muito relevante —, ...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Isto parece uma conferência!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — ... de política fiscal para incentivar a investigação e desenvolvimento, e com retorno económico para o País. E, sendo unânime o reconhecimento do valor deste instrumento, aquilo que aqui se propõe é uma evolução futura, com um grupo de trabalho que o vai repensar e redesenhar, para que seja um instrumento moderno, eficaz, atrativo e alinhado com as melhores práticas internacionais.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Está terminado, assim, o primeiro ponto da nossa ordem do dia. Vamos fazer a mobilidade — não elétrica, mas humana — em relação aos Srs. Deputados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ainda bem que não é elétrica! Ainda bem que não é elétrica!

O Sr. **Presidente**: — Cumprimento a Sr.<sup>a</sup> Ministra e os restantes Membros do Governo. Sejam bem-vindos à Assembleia.

Vamos então dar início ao ponto dois, que consiste no debate setorial com a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Administração Interna, ao abrigo do artigo 224.<sup>o</sup>-B do Regimento.

Vou dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Ministra para a sua intervenção, dispondo de 10 minutos para o efeito. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna** (Maria Lúcia Amaral): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados: Pela natureza das coisas, a política que o Ministério da Administração Interna segue é a identificada pelo Orçamento do Estado.

A larguíssima parte — 80 % da despesa pública que o Ministério é autorizado a fazer — destina-se a garantir o funcionamento regular das instituições das quais depende a nossa segurança interna, pelo que as mais de 23 000 pessoas que integram hoje a Guarda Nacional Republicana e as 20 000 pessoas que integram a Polícia de Segurança Pública, formam, e formarão sempre, o horizonte primeiro de que qualquer ação que no MAI (Ministério da Administração Interna) se prossiga.

A Administração Interna existe para cuidar das instituições que dela dependem, e as instituições que dela dependem existem para cuidar da segurança de pessoas e bens que se encontrem em território nacional.

A ação que o MAI, neste momento, prossegue, inscreve-se neste horizonte, mas, para além dele, orienta-se por cinco pontos essenciais.

Em primeiro lugar, a ação do MAI orienta-se por um propósito claro, o de garantir que os nossos padrões de segurança cumpram os níveis de exigência que contribuíram para que Portugal ganhasse a reputação externa de país seguro.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — País seguro parece-me bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — No entanto, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, para que tal aconteça, muito trabalho tem de ser feito.

De acordo com os dados de que dispomos, entre janeiro e novembro de 2025, a criminalidade geral aumentou 2,1 %, em relação ao ano anterior. A criminalidade violenta e grave terá diminuído 2,6 %, em relação ao ano anterior.

Estes dados não escondem — ou revelam, antes — motivos de preocupação que temos de ter em linha de conta. Por um lado, embora não aumente, e diminua, a criminalidade violenta e grave, os tipos de crimes que aqui estão em causa têm uma tal ressonância na consciência coletiva que devem, só por si, merecer atenção. Como muita atenção devem merecer — este é o segundo ponto de preocupação — os dados relativos às grandes metrópoles urbanas.

Todos estes números serão revelados no momento próprio pelo RASI, o *Relatório Anual de Segurança Interna*. Mas, desde já, podemos concluir, face a eles, que seria altura de promover, no lugar próprio, a reflexão — que há muito tempo se não faz — sobre o conceito estratégico de segurança interna e sobre o conceito estratégico de segurança urbana.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Em segundo lugar, o MAI orienta a sua ação pela confiança que deposita nas gentes que integram as nossas forças de segurança...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... e na sua capacidade para agir, como diz a Constituição, dentro da legalidade democrática e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Mas também aqui — e como demonstram factos públicos que ganharam, recentemente, notoriedade —, muito trabalho continua a ter de ser feito. Nenhuma polícia no mundo está livre de cair nas piores práticas de abuso da sua própria força. Mas o que nos distingue a nós, enquanto Estado de direito, é que temos instituições que funcionam, que vigiam e controlam o que acontece e que, por isso, impedem que factos isolados se transformem em práticas sistémicas.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — O Ministério da Administração Interna orienta a sua atividade, convicto de que estas instituições, pela sua qualidade, continuam a merecer a nossa confiança,...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... mas também está convicto de que agora, mais do que nunca, é necessário investir na formação, na educação, nas escolas dos agentes e militares das nossas forças de segurança.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Em terceiro lugar, o MAI orienta-se pelo diálogo social, a manter com as estruturas representativas dos agentes e militares das forças. E fá-lo em cumprimento do acordo feito pelo XXIV Governo Constitucional, em junho de 2024.

O que foi acordado, nessa altura, é que no futuro se continuaria a negociação sobre todos os temas que preocupam e afetam as associações representativas dos agentes e militares das forças de segurança. Esses temas foram retomados no outono passado, sobre eles já chegámos a um acordo quanto ao primeiro regime das remunerações e continuaremos as negociações, convictos de que, com elas, assumimos o compromisso de dignificar a função policial e dignificar a condição de quem exerce a função policial.

Em quarto lugar, o MAI orienta a sua ação pela relevância que confere aos temas da proteção civil. Sabe-se hoje que nenhum conceito pode ser construído, nenhuma Estratégia Nacional de Segurança Interna pode ser delineada, se se não tiver em linha de conta a sua vizinhança com os temas próprios da proteção civil, em todas as suas declinações: antecipação de riscos, vigilância de fatores de risco, definição de sistemas integrados de resposta a emergência, reposição da normalidade.

O MAI tem em linha de conta toda esta exigência, desde logo, em fidelidade ao Programa do Governo, que propõe o que está a ser feito: a revisitação da Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Mas tem, a par disso, outra convicção firme: a grande emergência que todos os anos enfrentamos é a do flagelo dos fogos rurais. E, nesse domínio, seria estultícia não aproveitar, não levar à prática e não alargar ou procurar alargar todo o acervo de estudos que têm sido feitos pelas instâncias académicas, de norte e sul do País, devendo ser particularmente fomentado o estudo relativo à comparação entre o nosso sistema de combate e outros sistemas vigentes nos países vizinhos da Europa do Sul.

Finalmente, em quinto e último lugar, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o MAI orienta a sua ação por uma consideração simples: não se dignifica a função policial e não se dignifica a condição daqueles que a exercem se não se prestar o cuidado devido à qualidade dos meios, equipamentos, instalações e infraestruturas.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Muito bem! É isso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — O esforço que tem sido feito para aumentar a execução do Plano Plurianual de Investimentos, definido por lei em 2022, é disso prova de cabal. Nesse domínio, dou um exemplo: vamos concluir, até finais de 2026, 62 intervenções em infraestruturas, por contraposição com as 25 inicialmente previstas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Também neste contexto, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, foi hoje aprovada em Conselho de Ministros a autorização de despesa, em montante igual a 6 milhões de euros, para a compra das chamadas «*bodycams*», de acordo com uma necessidade há muito, mas muito, identificada pela PSP (Polícia de Segurança Pública) e pela GNR (Guarda Nacional Republicana) e que nos trará benefícios evidentes. São equipamentos que protegem quem nos protege, que garantem transparência, que aumentam a confiança dos cidadãos na ação das forças de segurança.

Por isso, também aqui temos uma prova do nosso compromisso quanto à dignificação da função policial e quanto à dignificação da condição de todos quantos a exercem.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos entrar agora na fase do debate, com as perguntas dos diversos grupos parlamentares, começando pelo Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD, a quem dou a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O que é que vai dizer? Elogiar o PS?!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, a sua intervenção inicial deu-nos o pano de fundo para esta discussão: mostra-nos que há estratégia, mas, mais do que haver estratégia, mostra-nos que há concretização.

Quando falamos de segurança interna, podemos ver isto na perspetiva do copo meio vazio ou do copo meio cheio. Eu prefiro vê-la do lado da cidadania, do lado da proteção dos direitos humanos, do lado da preocupação das pessoas a quem as forças de segurança devem servir. Por isso, não poderia começar esta intervenção sem felicitar o Estado, por um lado, porque funcionou na questão dos agentes da PSP que nos desonraram com comportamento indevido — a concretizar-se e a confirmar-se, naturalmente, o processo que está em causa —, mas é importante, e a Sr.<sup>a</sup> Ministra referiu-o, termos em atenção se estas ações não encontram também respaldo noutros espaços.

Como a Sr.<sup>a</sup> Ministra disse, e bem, acreditamos nas forças de segurança, acreditamos na PSP e na GNR,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... mas, acima de tudo, neste caso, não só acreditamos que a PSP cumpre a sua missão como acreditamos que a cumpre bem.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É importante realçar aqui que o sistema funcionou, e isto dá garantias aos cidadãos de que foram polícias que denunciaram práticas indevidas, de que a direção nacional da PSP agiu e comunicou, nos meios próprios, ao Ministério Público e à tutela e de que temos um processo em curso. Isso é importante para garantir segurança, é importante para garantir cautela, é importante também para dar o exemplo relativamente àquilo que estava em causa.

Os direitos humanos e as liberdades cívicas só se concretizam se confiarmos nas forças de segurança que garantem, também aqui, a autoridade do Estado.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Nesse sentido, e porque também temos falado muito de questões das forças de segurança, a questão que deixo, e espero que me possa ajudar a refletir sobre esta matéria, é: como é que se vai combater, ou pelo menos controlar, este tipo de práticas noutra espaço? E isto leva-me a concretizar uma segunda questão que tem sido muito falada, na parte da polícia, relacionada com a UNEF (Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras).

A UNEF foi uma entidade que tarde ou a más horas surgiu. Não vou falar, obviamente, do passado, e quem carrega esta cruz sabe bem o que é que causou, em várias dimensões; outros há que tentam já criar cruces relativamente ao funcionamento desta força que, neste momento, defende ativamente a nossa soberania e que está presente em todas as fronteiras portuguesas, nomeadamente nas aéreas, para as defender.

Já aqui tivemos uma discussão, há pouco tempo, sobre esta função e sobre os incidentes que tivemos em dezembro. Pode dizer-nos, por um lado, qual é hoje o ponto de situação da constituição da UNEF, em todas as suas estruturas? É que houve dúvidas sobre a construção de todas as áreas que estavam determinadas dentro desta força.

Além disso, pode garantir que aquilo que aconteceu num passado muito recente e que motivou intervenções do Governo, nomeadamente em finais de 2025, no Aeroporto de Lisboa, está salvaguardado? Qual é o ponto de situação neste momento? Podemos garantir claramente que, se não houver intervenções de terceiros, temos os nossos aeroportos a fluir naturalmente, para quem nos recebe e quem para quem vem a Portugal?

Ainda sobre as forças de segurança, quero cumprimentar o Governo. Ao contrário de outros, que já confirmaram que falaram aqui sobre os atrasos das *bodycams*, felizmente, o Governo finalmente conseguiu tomar uma decisão sobre esta matéria. E digo «finalmente conseguiu» porque outros, que lançaram este concurso, fizeram com que ele se atrasasse não dois nem três anos, mas quatro anos, porque lançaram mal o concurso e porque não cuidaram atempadamente de todas as peças processuais, o que levou a que houvesse uma impugnação judicial, que só foi resolvida em finais do ano passado.

Portanto, é importante saudar o Governo por, finalmente, e logo na sequência, ter conseguido lançar este concurso, de forma a garantir não apenas a segurança dos cidadãos envolvidos, mas também a função do próprio agente de segurança que transporta a *bodycam*, porque ela também é a garantia de que, em muitos

casos, esses agentes das forças de segurança estão salvaguardados relativamente ao ato e ao comportamento de terceiros.

Finalmente, nesta primeira intervenção, Sr.<sup>a</sup> Ministra, gostava que pudesse refletir connosco e responder-nos relativamente aos processos de saúde mental nas forças de segurança. Temos todos a consciência de que a missão das forças de segurança é difícil, de que é complicada e de que, muitas vezes, não é facilitada pelos próprios cidadãos. Sabemos disto e temos assistido às complicações que traz para a vida das pessoas, dos agentes e dos militares que estão envolvidos nestas situações.

No passado, o Governo já espoletou um grupo de trabalho para lidar com estas matérias, em que urge tomar decisões. É também relativamente a isto que gostava que o Governo nos pudesse esclarecer, elucidando-nos sobre que medidas estão perspetivadas, na sequência dos trabalhos que têm sido feitos por parte deste grupo de trabalho, mas, acima de tudo, acautelando os comportamentos que advêm, relativamente aos nossos agentes, por força da função. Não queremos só aquilo que já fizemos neste Plenário, que foi reconhecer o seu papel, mas queremos, acima de tudo, garantir-lhes as melhores condições no exercício das funções, para também podermos sossegar os cidadãos que são delas destinatários.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem a palavra para responder a este conjunto de perguntas.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — O Sr. Deputado faz-me uma série de perguntas, todas elas muito pertinentes. Vou começar, se me permite, pela primeira que foi feita, que não foi uma pergunta,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — ... foi uma observação relativamente a um passo do meu discurso inicial, que corresponde a uma convicção firme minha, que muito valorizo e por isso repito: podemos confiar nas nossas forças de segurança, não apenas pelas suas capacidades pessoais de evitar o pior, mas também porque temos instituições que controlam, vigiam e contribuem para impedir que o pior aconteça.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — O episódio a que o Sr. Deputado se referiu tem uma cronologia que, a meu ver, demonstra que isto é verdade. Estamos a falar, como todos sabemos, dos factos horríveis da esquadra do Rato, ...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É ao pé do PS!...

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — ... que remontam a outubro de 2024; são conhecidos pelo Comando Metropolitano de Lisboa em janeiro/fevereiro de 2025; são comunicados ao Ministério Público em março de 2025; em junho de 2025 estão decretadas as medidas de coação — detenção e prisão preventiva — para dois dos principais suspeitos; e em janeiro de 2026 é aduzida a acusação que nós conhecemos.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Portanto, as instituições funcionaram, e é com esse respaldo que me sinto tranquila em dizer que temos meios para impedir que o pior aconteça.

Em segundo lugar, na pergunta que me faz relativamente à UNEF, relaciona-a com algo que não está diretamente ligado, mas que aconteceu recentemente: as perturbações no Aeroporto de Lisboa.

Em relação à Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras, pouco mais terei a acrescentar do que o que já disse, há pouco tempo, perante esta Câmara, embora fosse perante a comissão competente. A UNEF foi pensada, na sua estrutura organizativa, para se acomodar à lógica da orgânica da PSP, e a orgânica da PSP é

dual: de um lado tem organismos de cúpula, uma direção nacional; do outro lado tem as chamadas «unidades de polícia», onde se enquadram os comandos territoriais.

A UNEF tem também uma dimensão de cúpula, uma direção que é composta por um diretor, um subdiretor e quatro direções nacionais. Estas unidades estão constituídas, os seus titulares foram nomeados por mim própria, as portarias que as regulamentam foram definidas em setembro e as nomeações deram-se logo a seguir. Falta constituir as unidades territoriais, dispersas por todo o País, que levarão a cabo a função de garantir a aplicação em todo o território nacional das regras relativas à entrada e saída de estrangeiros, tal como falta ainda completar algumas das unidades centrais, por decisão da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública.

No entanto, independentemente desta formalização, neste momento, estão estimados 1300 agentes da PSP para integrar substancialmente as funções da UNEF, quer no domínio central, quer nos espaços territoriais dispersos.

Quanto ao Aeroporto de Lisboa, devo dizer que fui fazer uma investigação sobre a condição do Aeroporto de Lisboa vivida desde 2015, e, afinal de contas — embora andasse distraída destas questões por motivos, enfim, óbvios, porque teria outras coisas a que prestar atenção e não dei conta —, as informações que temos são de que, desde 2015, a não ser durante o tempo da pandemia, houve dias, em meses, em que as filas do Aeroporto de Lisboa, particularmente nas chegadas extra-Schengen, iam muito para além de uma espera de uma hora. É claro que nada disso desculpa o que aconteceu, sobretudo em dezembro, ou, melhor dito, em março e, depois com maior intensidade, entre outubro e dezembro de 2025.

Aqui, quero deixar muito claro o seguinte: quando o Governo tomou três medidas para tentar repor a normalidade no funcionamento do Aeroporto Humberto Delgado — e as três medidas foram a suspensão do EES (*entry/exit system*), a chamada de mais elementos das forças segurança e a compra de mais *e-gates* —, o que se sabia era que tinha de se pôr cobro a uma situação de descontrolo.

Nessa altura foi dito que a suspensão do EES implicava uma grave violação das regras de segurança. Queria deixar bem claro que há um grande equívoco nisto. O EES — cuja vigência foi apenas suspensa no Aeroporto Humberto Delgado, no que nos diz respeito, por aplicação direta do regulamento comunitário que prevê a suspensão — não é um sistema de regras substantivas sobre como se controla a entrada e permanência de estrangeiros em território nacional.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Não é nada disso. É um sistema de recolha de dados, em todas as fronteiras externas da União, para que a União tenha a informação uniformizada que lhe permita levar a cabo a sua própria política migratória. Portanto, nada disso é verdade e não houve nenhuma rutura das regras de segurança e vigilância no aeroporto de Lisboa. Que fique bem claro!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Finalmente, se ainda tiver tempo, e creio que o tenho, ainda poderei responder à última pergunta que o Sr. Deputado me colocou relativa a um tema ao qual penso que todos nós, e o MAI está ciente disso, damos a maior relevância: as questões de saúde mental nos agentes e militares das nossas forças de segurança.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Ora bem, quando há pouco disse, no discurso inicial, que o Governo cumpria o acordo que tinha sido celebrado pelo XXIV Governo Constitucional quanto à continuação das negociações com as estruturas representativas do setor, não disse, porque não tinha tempo, que esse acordo — que é muito amplo e que incide sobre todos os problemas fundamentais que têm os agentes e militares das forças de segurança — tem quatro pontos: o regime dos remunerados, as estruturas de carreiras e de remunerações, a avaliação de desempenho e as questões de saúde e segurança no trabalho.

As questões de saúde foram identificadas como sendo absolutamente prioritárias, por parte das associações sindicais e das associações socioprofissionais, devido a factos que conhecemos e que são realmente preocupantes.

Neste momento, nas negociações, o Governo está a preparar a apresentação aos nossos interlocutores de uma possível solução para esse problema, através da definição de um regime que existe para toda a Administração Pública, mas que não existe para as forças de segurança e que terá, necessariamente, encargos financeiros — precisamente por isso não existe. Um regime que estruture um modo de funcionamento global dos instrumentos de saúde e segurança no trabalho.

É esse o trabalho que estamos a fazer e a preparar para apresentar aos nossos interlocutores, justamente porque entendemos — e as informações que temos são estas — que é dever do Governo ter a máxima vigilância quanto ao que se passa nas forças de segurança no domínio da saúde mental.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Para termos essa máxima vigilância é preciso, creio eu, é a convicção que tenho e daí o trabalho que está a ser feito, preencher a omissão que ficou no sistema geral legislado de proteção da saúde na Administração Pública — com estruturas, definição de encargos, definição de competências, definição dos modos de funcionamento — por nunca se ter feito semelhante coisa para as forças de segurança, que foram excecionadas da aplicação geral desse regime.

Portanto, quero informar a Câmara que o tema é de tal ordem importante para nós, que estamos a trabalhar seriamente sobre ele, sendo que o mesmo será apresentado aos nossos interlocutores nas negociações, da próxima vez que nos encontrarmos.

Finalmente, em relação às *bodycams*, a resolução do Conselho de Ministros que aprova a despesa a fazer, como disse, de 6 milhões de euros, é de hoje mesmo. Como disse, era uma reivindicação muito antiga das forças de segurança, que aparece agora, porque se trata de um processo complexo, que sofreu vicissitudes várias, entre elas as vicissitudes de duas impugnações, junto da jurisdição administrativa, que foram finalmente resolvidas — a decisão do Tribunal de Contas e, depois, a própria elaboração técnica da chamada plataforma unificada de informação, que levou o seu tempo — e, por isso, chegámos, hoje, à aprovação final dessa despesa.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fernando Queiroga, tem a palavra.

*Pausa.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é para ir para a tribuna! É uma pergunta, não é uma intervenção!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Srs. Secretários de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A proteção civil é, hoje, um dos pilares mais sensíveis e determinantes da confiança dos portugueses no Estado. Quando tudo falha, quando a natureza se impõe, quando o imprevisto acontece e quando a vulnerabilidade das populações fica exposta, é à proteção civil que os cidadãos recorrem.

Discutir a proteção civil é, por isso, discutir a soberania interna. É discutir a capacidade do País para proteger o seu território, o seu património e, sobretudo, as suas pessoas.

Importa também reconhecer, sem ambiguidades, o peso da responsabilidade de quem dirige este sistema. A liderança da proteção civil não é um exercício burocrático. É um exercício de visão, coragem, compromisso e com interesse nacional. E é justo afirmar que este Governo assumiu essa responsabilidade com clareza e determinação.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Nos últimos seis meses, foi desenvolvido um trabalho que não pode ser ignorado: um diagnóstico profundo; uma audição ativa e séria de todos os agentes no terreno; e uma análise rigorosa das fragilidades acumuladas ao longo dos últimos anos.

Não se tratou de um exercício formal. Tratou-se de compreender o País real: os bombeiros, que são os primeiros a responder; os autarcas, que conhecem o território; os comandantes, que enfrentam riscos diários; e as populações, que vivem em zonas vulneráveis.

O que este processo revelou é inequívoco. Não bastam ajustes marginais. É necessária uma mudança de políticas. E é precisamente isso que este Governo está a fazer.

O objetivo não é gerir o dia a dia, não é apagar fogos administrativos, nem é reagir ao sabor das crises. O objetivo é implementar reformas estruturais, reformas que devolvam coerência, eficácia e capacidade de resposta ao sistema de proteção civil, reformas que concretizam o Programa do Governo e preparam o País para os desafios que já estão presentes — das alterações climáticas à pressão sobre os territórios rurais, da crescente complexidade dos riscos tecnológicos à necessidade de reforçar a resiliência das comunidades.

A reorganização da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil é um passo decisivo neste percurso. Não se trata apenas de alterar organogramas, trata-se de devolver coerência territorial às instituições, de alinhar a sua estrutura com a Lei de Bases da Proteção Civil e de garantir que o sistema nacional atua de forma integrada, articulada e eficaz. Trata-se de clarificar responsabilidades, eliminar redundâncias e reforçar a coordenação e o comando dos bombeiros, porque, sem comando claro, não existe resposta eficaz.

É importante sublinhar o seguinte: os bombeiros são a espinha dorsal do socorro em Portugal. São eles que chegam primeiro, são eles que conhecem o terreno, que enfrentam riscos que muitas vezes não se imagina. Valorizar o capital humano não é um *slogan*, é uma obrigação moral e estratégica.

A apresentação do novo regime laboral para bombeiros e associações constitui um marco relevante. Representa justiça, dignidade e os primeiros passos na construção de uma verdadeira carreira, capaz de atrair e reter quem dedica a vida a proteger os outros.

Mas a valorização não se faz apenas com o estatuto, faz-se com meios. E não tenho dúvidas de que este Governo e a Sr.<sup>a</sup> Ministra terão isso bem presente. O reforço operacional real, no terreno, com 20 equipas de intervenção permanente, é uma medida concreta, imediata e necessária, onde verdadeiramente importa, sobretudo na capacidade de garantir uma primeira intervenção tão célere quanto possível.

Em paralelo, a nova Diretiva Operacional Nacional para o DECIR (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais) 2026 já está em preparação e, como se deve saber, está a ser discutida com todos os agentes no terreno, para que possa responder às necessidades reais e não seja necessário, como até aqui, a meio do DECIR, proceder a alterações improvisadas.

A proteção civil só funciona quando quem decide ouve quem executa; quando a estratégia nacional se articula com o conhecimento local; quando o Estado central e os territórios trabalham lado a lado.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, Srs. Secretários de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o País precisa de um sistema de proteção robusto, coerente e preparado para o futuro. Precisamos de reformas que não fiquem no papel. Precisamos de liderança política que não tema corrigir o que está errado. É fundamental afirmar, com total clareza, que proteger as populações, o património e o território é proteger a própria soberania nacional.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — A missão deve ser: antecipar o risco, profissionalizar a resposta e dignificar os operacionais. Com responsabilidade, com visão e com ação.

Assim, Sr.<sup>a</sup> Ministra, pergunto: é isso que o Governo vai continuar a concretizar?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande pergunta! Ou grande intervenção!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Porquê? Não pode?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sabes bem que não pode!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, gostaria só de deixar uma nota. A estrutura do debate é a de que a Sr.<sup>a</sup> Ministra intervém e fazem-se perguntas à Sr.<sup>a</sup> Ministra. Quanto ao conteúdo da intervenção, como é óbvio, cada Sr. Deputado a faz como entende.

A questão do lugar de onde ela é feita não é indiferente, até por uma questão de educação relativamente ao Governo. Normalmente, é feita da bancada, de frente para os Membros do Governo, que devem ver quem está a fazer a pergunta, que é dirigida ao Ministro, ao Secretário de Estado ou ao Governo, e não a toda a Assembleia, que está, digamos, a assistir e a participar dos nossos trabalhos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **Presidente**: — Por isso, não posso impedir que façam a pergunta de onde a desejem fazer, mas parece-me que é cordial fazer as perguntas virado para a Sr.<sup>a</sup> Ministra ou para os Secretários de Estado, e parece que essa tem sido sempre, aliás, a prática habitual.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro, é lógico!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, deixo esta chamada de atenção.

O Sr. Deputado Hugo Soares pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

**Vozes do PS**: — Oh!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, vai para as galerias fazê-la!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Evidentemente, Sr. Presidente, concordo em absoluto com aquilo que sublinhou. O que acontece é que, neste modelo de debate, pode e dá-se a oportunidade de que os grupos parlamentares, quando estão a questionar a Sr.<sup>a</sup> Ministra, possam fazê-lo por mais de uma vez. A forma como cada grupo parlamentar organiza o debate é da estrita responsabilidade, desde logo, do líder do grupo parlamentar.

E quero dizer ao Sr. Presidente que fui eu que entendi que devia organizar assim o debate, com um conjunto de questões que foi feita da bancada, como devia ser, pelo Sr. Deputado António Rodrigues, e com uma intervenção — com a qual, creio, o País ficou a ganhar — feita da tribuna, pelo Deputado Fernando Queiroga.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Então, a minha chamada de atenção será para o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar e não para o Sr. Deputado Fernando Queiroga. Mas não deixo de reafirmar aquilo que disse, porque parece-me que é a forma mais correta do debate acontecer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É um campeão! É uma falta de respeito! É lamentável! É o campeão do Parlamento! Por amor de Deus!

O Sr. **Presidente**: — Vou agora dar a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil...

*Burburinho na Sala.*

Srs. Deputados, já fiz a minha referência, já está tudo esclarecido, não é para continuar com essa questão. Sr. Secretário de Estado, para responder, tem 35 segundos.

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil** (Rui Rocha): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, sobre a questão que o Sr. Deputado Fernando Queiroga colocou, relativamente ao que o Governo está a fazer, nos cerca de 30 segundos que tenho para responder, que são curtos, posso dizer que, de facto, estamos em dois patamares, do ponto de vista estrutural, e esse demora mais algum tempo.

Neste momento, temos já o processo da revisão da Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil preparado para entrar em circulação no Governo. Estamos, também, já com o processo do estatuto da carreira, no sentido de valorizar a carreira dos bombeiros, numa primeira fase, com a sua correlação com as leis laborais, cumprindo um objetivo do Governo, durante esta legislatura, de profissionalizar a primeira intervenção, 24 horas, 365 dias...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento ao Governo, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cristina Rodrigues, do Chega.

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a Sr.<sup>a</sup> Ministra disse-nos, há pouco, que a justiça foi rápida relativamente aos polícias que, de facto, fizeram coisas que não deviam ter feito. Nisso, estamos de acordo.

Aquilo de que temos pena é: quando são polícias a ser agredidos, perseguidos, maltratados e ofendidos, ninguém quer saber.

*Aplausos do CH.*

Depois temos, efetivamente, a questão da taxa de suicídio nas forças de segurança, que é absolutamente alarmante. A Sr.<sup>a</sup> Ministra veio agora dizer em resposta que é uma situação que a preocupa muito, mas, na sua primeira intervenção, não disse nem uma palavra sobre este assunto.

De seguida, também mencionou os sindicatos, bem sabendo que neste momento qualquer negociação está absolutamente parada. O que realmente os sindicatos querem é mudar o estatuto profissional, e sobre isso também não a ouvi falar.

No fundo, as forças de segurança sentem-se cansadas, desmotivadas, absolutamente abandonadas por este Governo. São mal pagas, muitas vezes mal equipadas e frequentemente desautorizadas no cumprimento da sua missão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — O Governo fala em segurança, mas falha no essencial, que é, efetivamente, valorizar estas pessoas que todos os dias estão na rua para a segurança de todos nós.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.*

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Os salários continuam indignos, os agentes enfrentam riscos, diariamente, que nenhum de nós nesta Casa sequer imagina, mas, ainda assim, continuam sem qualquer respaldo do poder político.

Depois, temos situações como aquelas que aconteceram no Algarve, no rio Guadiana, em que o cabo da GNR Paulo Manata, infelizmente, morreu em serviço. Esta situação, que é absolutamente lamentável, acabou por dar origem a uma compensação à sua família de 210 000 €. Se nos recordarmos da situação de Ihor

Homenyuk, que foi absolutamente lamentável, relativamente ao SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), a sua família recebeu 713 000 €.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Ambas as situações são muito tristes, mas porque é que a vida do militar da GNR vale menos do que a de qualquer outro cidadão?!

*Aplausos do CH.*

A minha pergunta é: a Sr.<sup>a</sup> Ministra considera, realmente, que 200 000 € é uma compensação adequada para um profissional que correu riscos, que literalmente deu a sua vida, que acabou por morrer pelo Estado português?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, começo justamente pela última questão que me coloca, a comparação entre a situação de Ihor Homenyuk e Pedro Manata. Pois, tanto num caso como no outro, Sr.<sup>a</sup> Deputada, a minha intervenção, que também existiu no caso de Homenyuk, na altura, por solicitação através de resolução do Conselho de Ministros, foi apenas executiva. Os critérios de atribuição das compensações tinham sido fixados antes, tanto num caso como no outro.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Neste caso do militar Manata, a compensação é fixada por lei,...

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Mas concorda?!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — ... que deve ser revisitada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Ah! Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Lembro-lhe, no entanto, que foi minha preocupação agora como Ministra da Administração Interna. Isso foi feito e é um facto confirmado tê-la decidido com uma rapidez sem precedentes.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Quanto à justiça que funcionou rapidamente, neste caso, e quanto à agressão a polícias, Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço-lhe que faça justiça à maioria que está representada nesta bancada e que foi responsável por medidas e por decisões relativamente ao aumento das sanções previstas, em lugar próprio, quanto a agressões a agentes de autoridade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente! Aumentaram!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — O facto prova que estamos firmemente convictos de que as forças de segurança e os seus agentes merecem ser reconhecidos como tal por toda a comunidade, e o nosso esforço, nesse domínio, não se faz poupar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Não nos poupamos!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É, por isso, falso, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que as negociações que entabulamos com as entidades, com as estruturas representativas dos agentes e militares das forças de segurança, estejam interrompidas ou paradas. Não desenvolvi o tema no discurso inicial porque é longo e, nos 10 minutos de que dispunha, não o poderia desenvolver. Mas, se a Sr.<sup>a</sup> Deputada agora mo pede, desenvolverei o tema com todo o gosto.

As negociações não estão paradas e, ao contrário do que se disse, têm continuado. E têm continuado no cumprimento do acordo, porque o acordo que foi celebrado entre as estruturas representativas dos profissionais do setor e o XXIV Governo Constitucional, a 8 de julho de 2024, é um acordo que obrigava o Governo, no futuro, a continuar negociações sobre quatro temas fundamentais: o regime dos gratificados, ou remunerados, como também se diz; questões de saúde e segurança no trabalho; regime de avaliação de desempenho e, por esta ordem, definição da estrutura de carreiras e estruturas remuneratórias.

Assim que iniciei funções, preparei-me para o reatar das negociações, que se deu no outono de 2025. Tanto não estão paradas que, quanto ao primeiro tema, o dossiê foi concluído. Além desse dossiê concluído sobre o regime dos gratificados — concordámos com as estruturas representativas dos trabalhadores numa alteração substancial desse regime, para o tornar menos acessível a causas menos justificadas da parte de privados —, acordámos, também, num aumento de suplementos, que não eram atualizados desde 2009.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Portanto, isto é o que foi feito e é o que vai continuar a ser feito, como disse na minha intervenção anterior, tendo como tema próximo o que tinha sido identificado no acordo de 8 de julho de 2024, que é justamente o tema da saúde e segurança no trabalho.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, lamento dizer-lhe, mas o facto de não ter mencionado esta questão no meu discurso inicial não significa que sejam falsas as palavras que dirigi ao meu interpelante anterior, quanto à gravidade que reconhecemos neste problema. Precisamente por lhe reconhecermos tanta gravidade é que as negociações vão continuar, como eu disse, estando já em preparação, e quase em conclusão, uma proposta que visa apresentar um regime de definição de instrumentos de proteção da saúde e segurança no trabalho que seja aplicado às forças de segurança, regime esse que existia para toda a Administração Pública, mas que não existia para as forças de segurança.

Aí está a nossa preocupação, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Portanto, quanto a este ponto, parece-me que não me vou repetir mais.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cristina Rodrigues, para continuar as perguntas ao Governo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Ministra, nós compreendemos o que é que o Governo tem feito, porém, não concordamos que seja suficiente,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — ... nem nós, nem os polícias. Mas tudo bem.

Relativamente à questão das *bodycams*, curiosamente, quando há um debate, aparece sempre um grande anúncio, por parte do Governo, de que se desbloqueia qualquer situação que está pendente há algum tempo. Felizmente, avançaram com a questão das *bodycams*, que achamos muito bem, pois é fundamental para a defesa não só dos civis, mas também dos polícias.

Agora, gostava de saber exatamente quando é que as *bodycams* vão chegar às forças de segurança, porque as notícias apenas dizem que foi autorizada a compra. Queremos saber quando. Dizem que é, possivelmente, até ao final de 2026, e estamos em janeiro. Depois, tinha-se falado em 10 000 e julgo que foram aprovadas 8000. Gostaríamos de compreender, também, porque é que se optou por menos do que as inicialmente previstas.

Gostava ainda de lhe colocar uma outra questão, que me parece da maior importância. Não sei se a Sr.<sup>a</sup> Ministra teve a oportunidade de ver, logo a seguir à passagem de ano, vários vídeos, que circularam nas redes sociais, de determinados elementos de etnia cigana que tinham em sua posse armas de natureza militar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — ... o que me parece, de facto, preocupante para a segurança nacional. Parece-nos preocupante, porque não percebemos como é que armas desta tipologia, desta natureza, podem estar na mão de civis.

Pergunto se o Ministério da Administração Interna tem alguma ideia de como é que isto aconteceu e que planos tem para resolver esta situação. Haverá, ou não, uma mão firme no que diz respeito a esta problemática?

Já agora, também gostava de lhe perguntar, em termos dos patrulheiros, que são quem responde inicialmente a uma situação deste género ou outras que têm acontecido, que formação específica é que eles têm e que armamento têm, porque, efetivamente, não me parece que estes patrulheiros estejam minimamente preparados para chegar a um local onde há indivíduos com armas de guerra.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, para responder.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Interna** (Telmo Correia): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada, concretamente em relação às *bodycams*, queria dizer-lhe que, finalmente, parece que chegámos a bom porto.

Lembro que o processo foi iniciado em 2021 — sentava-me eu algures por aí, nessas bancadas — e houve dois projetos de resolução, um da bancada que eu representava e outro da bancada da Sr.<sup>a</sup> Deputada. O Governo do Partido Socialista, na altura, decidiu que devíamos ter uma plataforma, dita agnóstica, para poder utilizar vários tipos de câmaras. Não contrario essa decisão, nem sou tão exigente na responsabilização do que aconteceu para trás, porque o que aconteceu para trás foram dois concursos impugnados.

Faz a Sr.<sup>a</sup> Deputada duas perguntas concretas, começando por querer saber quando. Sr.<sup>a</sup> Deputada, estamos agora em condições, com a aprovação, hoje, da resolução do Conselho de Ministros, de lançar concurso, mas vamos ter um concurso público e um concurso público internacional. Qual é o *timing* do concurso público internacional? O *timing* da lei são seis meses, mas podemos ter aqui um ajuste. Por isso é que o Governo diz, à cautela, neste ano, que estamos convencidos de que entregaremos *bodycams* às forças de segurança.

Pergunta também a Sr.<sup>a</sup> Deputada porque é que inicialmente se falou em 10 000 e agora são 8000. Sr.<sup>a</sup> Deputada, cabe às forças de segurança definir o número. Ou seja, perguntámos à PSP e à GNR quantas câmaras pretendiam e a informação das 8000 é a resposta que temos das forças de segurança. Se for necessário mais, teremos de aprovar uma nova resolução do Conselho de Ministros. Se forem menos, reajustaremos. Estes 6 milhões permitem adquirir até 8000 câmaras, que é o que está sinalizado pelas forças de segurança.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E os ciganos?!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Cristina Rodrigues, tem a palavra, para continuar as perguntas.

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, não ouvi resposta à questão das armas militares na mão de civis e gostava de ouvir a resposta a essa pergunta, por favor.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem a palavra, se desejar responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, em relação a essa questão, à qual eu não me queria eximir, o que lhe posso dizer é o seguinte: sei que há, tanto na GNR como na PSP, unidades especializadas no controlo e no armazenamento de armas apreendidas, ilegais, que se encontrem indevidamente em circulação no território nacional, para além das situações em que são permitidas, que são duas: as do Estado, das instituições do Estado, e as de caça.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E dos ciganos?!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Agora, para além deste controlo, todo o tráfico ilegal de armas que se faça em território nacional é matéria de investigação criminal, que tenho a certeza de que os Srs. Deputados concordam que é feita também em termos proficientes por parte da polícia para tal competente.

Portanto, não duvidando, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que o quadro internacional também nesse domínio é preocupante, que o culto da violência e a cultura de violência que se espalham no espaço público, entendidos em termos gerais, são também um quadro preocupante,...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — ... temos, por isso mesmo, razões para estarmos atentos também nesse domínio, porque temos uma polícia de investigação criminal que pode prevenir atos criminais nesse sentido, como a circulação indevida de armas. Temos unidades operacionais nas forças de segurança que depois as armazenam, controlam e as fazem explodir — eu sei disso.

Não obstante todas as dificuldades presentes, temos também confiança nas nossas instituições, para que possamos enfrentar esse desafio.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Vanessa Barata, para interpelar o Governo.

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, antes de mais, deixe-me dizer que folgo em vê-la presente. Se o estilo governativo de cada ministério é discutível, o que não é discutível é a prestação de contas que os governantes devem aos portugueses por nós aqui representados. Quero deixar esta nota: já começa a ser moda esgotar o tempo e depois deixar os Deputados sem resposta.

**Vozes do CH**: — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PSD António Rodrigues.*

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — É preciso saber gerir o tempo, tal como se tem de saber gerir o ministério.

*Aplausos do CH.*

Venho falar dos números da criminalidade em Portugal. Os números do último RASI são um verdadeiro banho de realidade para quem foi dizendo que Portugal era seguro. A criminalidade aumentou...

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Falso!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Não quer ouvir? Tem de ouvir!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — ... e falo concretamente dos crimes mais hediondos, e a própria Sr.ª Ministra disse-o aqui: homicídios, violações e violência doméstica. Portugal atingiu inclusivamente o ponto mais alto dos homicídios consumados em 10 anos, este Governo é recordista: 112 vidas, 112 homicídios.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É verdade!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Para além da violência doméstica, a delinquência juvenil disparou e a criminalidade grupal, os gangues que aterrorizam os nossos bairros, subiu em flecha.

A segurança e a autoridade do Estado estão a ser corroídas, vilipendiadas, e a Sr.ª Ministra está quase sempre ausente.

*Aplausos do CH.*

Está ausente, trancada no gabinete. Não podemos conceber este estilo de governação! É preciso agir, é preciso fazer algo.

Vamos agora aos incêndios e à proteção civil. Se a Sr.ª Ministra entrasse, de facto, em diálogo com os profissionais da área, saberia perfeitamente que a prevenção eficaz aos incêndios se faz no inverno. Mas o que é que este Governo fez no inverno passado? Nada. Ficou à espera que o fogo chegasse, ele chegou, e chegou em força e de que maneira! Portugal teve, em 2025, a terceira maior área ardida de sempre. Repito, de sempre, Sr.ª Ministra! Isto demonstra inércia, prova que o combate falhou e que a prevenção não existiu. E o que é que ficou provado também? Ficou provado que a Sr.ª Ministra foi também incapaz de gerir o verão, uma época de incêndios, e de gerir os meios técnicos, os meios humanos, os equipamentos, as viaturas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Pior: disse ao País que isso era irrelevante e, agora, está a ser novamente omissa e incapaz de gerir o inverno de 2026. É tanta a inércia que até conseguimos ter, em pleno inverno, um incêndio a lavar durante 21 longas horas, em Ponte de Lima, no Alto Minho,...

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Fogo controlado!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — ... este mês, com temperaturas de neve, quase negativas e humidade de 85 %.

O que é que a Sr.ª Ministra tem a dizer sobre este e outros incêndios que deflagraram nas áreas que coincidem inclusivamente com as áreas de potencial exploração de lítio? O que é que a Sr.ª Ministra vai fazer para aumentar a fiscalização? Vai ou não continuar a tapar os olhos aos portugueses e a assumir que estes incêndios são normais? Vão ou não ter mão de ferro com os incendiários, ou vão continuar a protegê-los? Vamos ajudar os nossos bombeiros, ou vão fazer deles mais carne para canhão?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do PSD dispõe-se a ceder 40 segundos ao Governo, para responder. O Governo aceita, mas devo perguntar se há oposição de alguém.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O tempo cedido já lá está no ecrã!

O Sr. **Presidente**: — O tempo já lá está, porque foi aqui considerado indevidamente contado.  
O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, a questão já foi discutida anteriormente, a propósito do debate com o Sr. Primeiro-Ministro. O modelo é o mesmo, ou seja, pode haver transferência de tempos entre cada *slot*, portanto, se o Chega quiser dar tempo à Sr.<sup>a</sup> Ministra para responder, pode fazê-lo. Importar tempo de outras rondas não é possível. Assim, estaríamos a reabrir um tema que a Conferência de Líderes já viu.

Não é má vontade, é mesmo a forma como se interpretou o Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Fica clarificado isso, porque concordo. Portanto, vamos retirar 40 segundos do tempo que passou à margem.

Entretanto, o Sr. Deputado Pedro Pinto informou a Mesa de que 1 minuto e 48 segundos que estavam disponíveis do Chega passam para o Governo, para poder responder.

Portanto, o Governo dispõe de 2 minutos e 16 segundos e tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, para responder.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna** (Paulo Simões Ribeiro): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quero só dar uma nota relativamente à questão que a Sr.<sup>a</sup> Deputada levantou do índice de criminalidade.

Permita-me dizer que os números que invocou, não sei onde é que os foi tirar. Quanto aos números de que a Sr.<sup>a</sup> Ministra falou, relativamente a 2025 — é disso que estamos aqui a falar —, a diminuição da criminalidade violenta e grave é patente: 2,6 %.

Relativamente à criminalidade geral, quanto à qual a Sr.<sup>a</sup> Ministra invocou o aumento de 2,1 %, não queria deixar de lhe dizer que muito desse aumento decorre de uma maior proatividade das forças de segurança, designadamente em operações de segurança rodoviária e também em outras operações de prevenção da criminalidade. Por isso é que há estes números.

Quanto a essa matéria, por exemplo, quando falou num aumento exponencial dos homicídios consumados, temos mais cinco, todos eles lamentáveis, porque qualquer vida que se perde é sempre de lamentar. Mas queria que tomasse nota de que a proatividade e as ações de prevenção da criminalidade feitas pelas forças de segurança têm aumentado exponencialmente.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem ainda a palavra o Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil, para responder.

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada, de facto, durante estes meses deve ser também feito um trabalho de prevenção e de sensibilização.

Recordo o Plano de Intervenção para a Floresta, da responsabilidade do Ministério da Agricultura, que foi aprovado pelo Governo e que permitiu, inclusivamente, que tenha sido feita uma realocação de 50 milhões de euros do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) para entregas, que já foram efetuadas, de maquinaria, também de apoio ao combate, embora também sirvam para esta questão da prevenção.

No que diz respeito ao combate — há pouco não consegui terminar o que dizia sobre as medidas estruturantes —, queria falar também da preparação que estamos a fazer: pela primeira vez desde há muitos anos, até ao final deste mês, vamos ter concluída a diretiva operacional e financeira, para debater com os nossos parceiros e para recolher ainda mais contributos do que aqueles que já temos, do ponto de vista da avaliação que fizemos do relatório que a Autoridade produziu neste ano de 2025.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só grupos de trabalho!

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil**: — Não, Sr. Deputado, só grupos de trabalho, não. Nós estamos mesmo a trabalhar, estamos mesmo a trabalhar!

Quero dizer que, desse ponto de vista, vamos contar com mais 20 equipas de intervenção permanente...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Vanessa Barata, para uma interpelação à Mesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente, queria fazer uma interpelação à Mesa, para pedir a distribuição de um documento que diz que Portugal regista o número mais alto de homicídios desde 2018 e que os dados são do RASI. Em comparação, o número de homicídios subiu mais de 20 %.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, para fazer perguntas ao Governo.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, antes de iniciar as perguntas, queria só deixar uma saudação, em meu nome e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Hoje é o Dia Nacional do Intérprete de Língua Gestual Portuguesa, sem os quais muitas pessoas não acederiam aos nossos trabalhos e a muitos trabalhos parlamentares. Portanto, acho que lhes é devida a homenagem, no dia de hoje.

*Aplausos do PS, do L e do PCP.*

Sr.<sup>a</sup> Ministra, como temos tido oportunidade de debater, os polícias, as forças e os serviços de segurança são peças fundamentais do Estado de direito, da garantia dos direitos dos cidadãos e das instituições democráticas da República.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Arriscam a vida pela comunidade, pelas pessoas que juram proteger, sem que muitas vezes sejam devidamente reconhecidos, sem que muitas vezes o próprio Estado e os seus decisores consigam atribuir-lhes tudo o que merecem. Sim, é uma autocrítica e acho que uma crítica extensível a todos os decisores políticos, porque nem sempre conseguimos fazer tudo e nem sempre conseguimos fazer tudo de forma satisfatória, para garantir a qualidade de vida dessas pessoas.

É também essencial que a comunidade confie nas suas forças de segurança. É direito de todas as pessoas, mas também direito dos polícias e dos guardas não serem associados a práticas violadoras das leis por parte dos seus colegas, porque nunca devemos generalizar em circunstância alguma, nunca devemos associar a toda uma instituição, a todo um corpo, atos individuais praticados por determinadas pessoas que mancham as instituições e a vida dos seus colegas.

É essa também a forma de honrar os colegas que denunciaram, de honrar os sindicatos e os antigos e atuais dirigentes sindicais, que muito fizeram pela erradicação do racismo, da xenofobia e de práticas discriminatórias nas forças de segurança, e os atuais e anteriores dirigentes da PSP e da GNR, que se empenharam nesta matéria.

Não nos enganemos neste tema importante que hoje debatemos, com um consenso até bastante alargado: o problema não está na PSP, o problema não está na GNR, o problema não está nos polícias e nos guardas; está, sim, nas pessoas que não deviam ser da PSP, que não deviam ser guardas, que não deviam nunca ter entrado na GNR ou na PSP.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se tivessem aplicado esse critério ao SEF...!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — O que, eventualmente, temos de debater é o facto de que não basta, como a Sr.<sup>a</sup> Ministra há instantes dizia, aguardar pela punição e pela dimensão repressiva, especialmente num dos casos conhecidos a semana passada: a acusação de agentes numa esquadra de Lisboa — estamos a falar, talvez, do caso mais grave na história da democracia —, em que há indícios fortíssimos da prática de crimes de muita gravidade, crimes de tortura, sequestro agravado, violação, ofensas à integridade física qualificadas, bem como indícios de que foram filmados e partilhados, o que foi até, provavelmente, o que permitiu que outros agentes das forças de segurança os denunciassem e pusessem em marcha o tal aparelho repressivo, que é fundamental. Mas é dos casos mais graves que conhecemos até hoje, pela forma como atenta ao respeito pela dignidade e pela humanidade de concidadãos, até dos mais fragilizados, pessoas sem abrigo ou pessoas em situação de especial fragilidade.

Malogradamente, nos últimos anos, estes deixaram de ser atos de que ouvimos falar muito raramente. Continuam a ser a exceção, sem qualquer dúvida, mas, infelizmente, temos muita evidência de que há mais casos do que no passado.

Lembro a condenação dos agentes da esquadra de Alfragide, em 2019; os militares da GNR que agrediram imigrantes em Odemira; a exploração de migrantes, em que houve, no quadro das pessoas identificadas, guardas da GNR e agentes da PSP;...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Olha que lindo serviço! Espetacular!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... a presença de agentes de forças de segurança entre os detidos numa operação contra extremistas racistas do Grupo 1143, recentemente.

*Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

Sr. Deputado João Almeida, não percebe que estamos a tentar defender a polícia, expulsando das polícias quem não devia lá estar?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não defendem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Não reclame, Sr. Deputado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não percebo! É que não percebo mesmo!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Antes pelo contrário, faça precisamente aquilo que, com responsabilidade...

*Protestos de Deputados do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

Primeiro, não se exalte e não grite, é um debate sobre um tema sério, tenha calma! Faça precisamente aquilo que a Sr.<sup>a</sup> Ministra procurou dar nota, referindo que há formas de agir e o Estado tem de puxar pelos seus meios de repressão.

A pergunta que quero fazer à Sr.<sup>a</sup> Ministra é que, para além disso, parece-nos, a este grupo parlamentar, que, eventualmente, só os mecanismos de repressão, quando conhecidos, podem não ser suficientes, e é esse o ponto e são essas as questões que eu gostaria de colocar.

O Mecanismo Nacional de Prevenção — a Sr.<sup>a</sup> Ministra bem o conhece, porque foi Provedora de Justiça — emitiu várias recomendações em 2023 e em 2024, que evidenciavam riscos de maus-tratos, e também os relatórios e recomendações da IGAI (Inspeção-Geral da Administração Interna) sobre esta matéria, que denunciavam falhas de prevenção, em 2024 e em 2025, levam-nos a perguntar — e era onde eu queria chegar — se, de facto, nestes casos não é possível identificar um aumento, infelizmente, de ocorrências desta natureza.

Pergunto como podemos monitorizar, contabilizar a execução do Plano de Prevenção de Manifestações de Discriminação nas Forças e Serviços de Segurança, que existe desde 2021, e se, de facto, não temos o imperativo, no imediato, de rever este plano, de robustecer a sua execução e de ter outras medidas adicionais para poder agir.

Este é o meu primeiro conjunto de perguntas.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Administração Interna.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, agradeço muitíssimo as questões que me pôs, tanto mais que concordo inteiramente com os pressupostos que me pareceram ser os seus e, tanto que concordo,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ele é contra a polícia!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — ... que já tinha falado disso anteriormente.

Quero, assim, realçar dois pontos: primeiro, sim, um sistema repressivo é importante, eu já falei sobre ele, tem funcionado nestes casos, mas não basta. Como disse no início, e repito, é, para nós, para a equipa governativa do MAI muitíssimo claro que, perante as circunstâncias presentes — e já lá irei — a este sistema institucional que vigia, controla e atua é necessário juntar uma muito maior atenção às escolas, à formação em todos os seus níveis das nossas forças de segurança, à forma como nelas se ensina, ao que nelas se ensina e aos critérios de escolha dos seus alunos. Isto é fundamental!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — No MAI temos consciência disso e estamos em permanente diálogo com a hierarquia das forças de segurança neste domínio.

Em segundo lugar, e para ser rápida, estou convicta — porque se não estivesse não exerceria este cargo, não poderia — de que, no nosso País, estes factos continuam a não ser práticas sistémicas.

Pergunta-me, Sr. Deputado: dá conta de uma evolução negativa? Não poderei negar, porque, como disse há pouco, essa evolução negativa corresponde a uma espécie de cultura de violência que, sobretudo, em escalões mais jovens, em escalões dos jovens agentes, como em todos os jovens, se tem difundido por razões que agora aqui não interessam, toda a gente as conhece, mas nós estamos atentos a essa cultura de violência.

Ainda nesse domínio — e termino —, dialogamos com a hierarquia das forças de segurança, que estão bem cientes de que isso acontece, para, na estrutura organizativa das esquadras, sobretudo nos grandes centros urbanos, ter formas de controlo mais adequadas que visem, precisamente, impedir que essa cultura de violência se instale.

*Aplausos do PSD e de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministra, agradeço muito as suas respostas.

Quero agora referir-me a um tema que, penso, é conexo, de certa maneira, mas ligeiramente distinto e que tem a ver com a operação que conhecemos recentemente dirigida ao Grupo 1143, em relação ao qual também soubemos que, infelizmente, há evidência de alguma infiltração ou da presença, residual é certo, mas ainda assim, da presença de elementos das forças de segurança.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E do PS são quase tantos como os das forças de segurança!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — E é uma força perigosa.

*Protestos do CH.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E do PS são quase tantos como os das forças de segurança!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Srs. Deputados, mais uma vez, um assunto com esta seriedade para as instituições da República mereceria menos vozeria e mais atenção ao problema.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — PS Barreiro! Militantes do PS Barreiro!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Não percebo tanta exaltação...! Acho que qualquer pessoa que se afirme e se reclame democrata estaria interessada em erradicar da esfera da vida pública nacional um risco com esta escala.

**Vozes do CH e do CDS-PP:** — PS! PS!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Portanto, perante a evidência de casos de paramilitarização, que é perigosa, de associações que são manifestamente violadoras da Constituição da República, no sentido em que são organizações, associações de natureza racista e que são proibidas pela lei — não se trata de uma invenção, é o que a Constituição determina —, faço uma primeira pergunta sobre prevenção de riscos de infiltração.

Mais uma vez, volto a referir — e aqui uma exceção, evidentemente, nas forças de segurança — a necessidade de haver esta especial atenção à infiltração nas forças de segurança, porque é um risco para as próprias forças de segurança e é um risco para a segurança dos próprios agentes da PSP e da GNR, mas também é um tema a que retomo, porque penso que está conexo, de retomarmos no RASI o parágrafo que dele, em tempos, foi retirado, sobre a observação dos movimentos extremistas violentos com esta natureza. Este debate teve lugar em sede pública.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Foi retirado!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Acho que as precauções que possam ter existido no passado para não evidenciar operações que poderiam estar em curso estão superadas, elas estão a decorrer, é manifesto para todos que elas ocorrem, e acho que a República, a Assembleia, os cidadãos têm o direito de poder escrutinar, acompanhar, debater a melhor forma para todos, em conjunto, eliminarmos o extremismo radical, violento, que até planeia ações contra comunidades migrantes, que planeia ações para tentar imputar às comunidades migrantes factos para gerar ódio, o que é de uma gravidade tremenda.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Presunção de inocência!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Era a do PS do Barreiro que era a cabecilha! O Pinotes andava aos pinotes com ela!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna:** — Sr. Deputado, estou bem ciente da importância das questões que me pôs e o que lhe posso dizer, em primeiro lugar, quanto à atenção que devemos ter relativamente a quem integra as forças de segurança, é que só posso repetir aquilo que já disse e de que estou convicta: estamos em

diálogo permanente, entre a nossa equipa governativa do MAI e a hierarquia das forças de segurança da PSP e da GNR, que estão bem cientes do problema e bem alertadas para ele.

Assim, em conjunto, o que temos pensado, e volto a dizê-lo, é que é preciso, neste momento, ter mais atenção, mais cuidado, mais exigência nas escolas logo no momento inicial, quando se aceitam novos candidatos e se fazem — como os Srs. Deputados saberão — exames exigentes, os exames não apenas de saber operacional, de cultura geral, mas também os exames psicotécnicos exigentes, e ter muito cuidado com essa avaliação inicial, até para defender as próprias forças de segurança de si próprias.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Porque é justamente por noutros tempos, possivelmente, se ter entendido que não era preciso tanta atenção a esses exames — à sua exigência, ao seu profissionalismo, a quem os pode fazer, a quem pode assessorar as forças de segurança na sua feitura —, possivelmente por esse tempo em que houve alguma desatenção a este momento inicial, seja também por isso que temos agora tantos problemas de saúde que já foram referidos.

Portanto, para nos protegermos a todos, para garantirmos o cumprimento dos valores fundamentais que nos unem, para garantirmos que as nossas forças de segurança são fiéis a esses valores e para podermos continuar a confiar nelas, eu creio, e também estou profundamente convicta de que temos do nosso lado a hierarquia de todas as forças de segurança, que há uma vigilância mais necessária do que nunca — do que nunca, repito —, nos momentos iniciais, quando se agregam e se treinam novos elementos para as forças de segurança.

É certo que, e terminarei, dizendo isto parece muito fácil, mas, na prática, é difícil e a dificuldade é visível quando falamos com os responsáveis, com a hierarquia, porque temos de garantir a renovação geracional das forças de segurança e se para a GNR, por exemplo, tal não é um problema, já para a PSP, como já foi dito, e os Srs. Deputados sabem-no, desde 2022 tem sido difícil assegurar que o número de pessoas que entram é superior ao número de pessoas que saem.

Nós contamos em 2026 superar essa dificuldade. Agora, o que queremos, profundamente, é superá-la sem diminuir a exigência que deve ser tida nesse momento inicial.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem ainda a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, só para concluir, coloco duas questões e, depois, o Sr. Deputado Nuno Fazenda prosseguirá.

A primeira questão é sobre um tema que já foi abordado, sobre se a Sr.<sup>a</sup> Ministra nos pode dar uma data para a apresentação de uma proposta aos sindicatos quanto ao segundo e ao terceiro elementos do processo de revisão do seu estatuto. Ou seja, a questão dos remunerados está identificada, mas há muito tempo que urge saber quando começa, com uma proposta concreta, a fase das remunerações e da estrutura das carreiras.

A segunda pergunta, muito rápida, é sobre se a anunciada revisão da Lei de Bases da Proteção Civil será feita de forma participada, o que é que se pretende nela introduzir, esperemos que com o envolvimento do Parlamento.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, é muito pertinente a pergunta que me faz, mas eu não lhe posso dar, neste momento, honestamente, uma data precisa em que a questão — enumerada dentro de todas as outras que se incluem nas negociações — da reestruturação de carreiras e estruturas remuneratórias será discutida.

Essa questão envolve um estudo exigente, é, de facto, a mais complexa das questões e será apresentada aos sindicatos o mais brevemente possível. Mas não lhe posso dar, neste momento, a data precisa em que isso terá lugar.

No entanto, recordo que, em matéria de incrementos remuneratórios, o acordo feito a 9 de julho de 2024 — não esquecer — garantiu incrementos remuneratórios para 2024, 2025 e 2026 e que no acordo que já estabelecemos houve outros que decorreram da atualização de suplementos, que não eram atualizados desde 2008.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Sobre a redefinição das estruturas remuneratórias juntamente com a estrutura das carreiras, esse é um tema que, pela sua complexidade sistémica, será abordado quando estivermos para isso preparados.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Nuno Fazenda.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Srs. Secretário de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, no último ano e meio, Portugal foi considerado o pior país no controlo de fronteiras em toda a Europa.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — É preciso ter lata!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Portugal esteve nas bocas do mundo pelas piores razões no acolhimento de visitantes nos nossos aeroportos. O setor do turismo considerou que Portugal vivia o pior momento de sempre na nossa história no acolhimento de visitantes, designadamente no aeroporto de Lisboa.

Por isso, não é comparável o ano que passou com outros anos no que diz respeito ao acolhimento nos nossos aeroportos.

No verão, o Governo disse, através do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, que esperava que o assunto se resolvesse em duas semanas, mas o assunto não se resolveu, agravou-se!

Chegámos ao mês de Natal, em dezembro e, numa comissão parlamentar com a presença da Sr.<sup>a</sup> Ministra, eu próprio, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, questionei-a sobre se haveria ou não um plano de contingência para o Natal e fim de ano, ao que a Sr.<sup>a</sup> Ministra disse, a uma semana do Natal, que o Governo estaria a pensar e a trabalhar num plano de contingência.

Por isso, pergunto: esse plano de contingência foi feito? Se foi feito, o que é que falhou? É que os resultados foram estrondosamente maus! Se não houve plano, porquê? Porque, normalmente, estas épocas requerem planos de contingência.

Uma segunda pergunta respeita também a essa mesma audição parlamentar, onde a Sr.<sup>a</sup> Ministra foi questionada sobre se o Governo estaria a pensar na suspensão do Sistema Europeu de Fronteiras. A Sr.<sup>a</sup> Ministra transmitiu-nos que, na sua opinião, esse Sistema Europeu de Fronteiras não deveria ser suspenso.

Ora, o que questionamos é o que é que mudou: quem é que deu essa ordem, essa indicação, ao contrário daquilo que a Sr.<sup>a</sup> Ministra disse nessa audição da comissão parlamentar?

Terceira e última pergunta diz respeito ao futuro, às garantias para o futuro. No final do mês de março, termina o prazo de suspensão do Sistema Europeu de Fronteiras. Está a Sr.<sup>a</sup> Ministra em condições de garantir que o País e o mundo não vão voltar a assistir àquelas imagens de longas filas de espera de visitantes que procuraram Portugal? Isso não põe em causa a imagem externa, a reputação e o turismo do País?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra, que dispõe de 1 minuto e 41 segundos, mais 15 segundos de tolerância. Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, muito obrigada pela gentileza de ter recordado as minhas palavras no dia 16 de dezembro.

No dia 16 de dezembro — tem toda a razão —, não tinha uma resposta para o plano de contingência, afirmava que não seria de dar parecer de suspensão do EES, embora não fosse essa a discussão. A discussão que foi feita, e o que me foi perguntado, era se eu seria favorável à adoção, pura e simplesmente, do chamado «controlo simplificado», se bem me recordo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Acontece, no entanto, que depois disso, sobretudo nos dias 28 e 29 de dezembro, chegou-se a uma situação insustentável e foi com base nessa situação insustentável que o Governo tomou uma tripla decisão.

Em primeiro lugar, como se sabe, pediu que a GNR interviesse também no controlo de fronteiras. Em segundo lugar, decidiu aplicar a possibilidade de suspensão que o regulamento comunitário dá ao EES — já o defini. E em terceiro lugar, pôde, nessa altura, concluir um processo que, também por razões que me escapam e que têm que ver com as nossas regras de contratação pública, se arrastava, que era a compra de mais eGates.

Tudo junto, todas essas medidas juntas, permitiram que a solução, por agora, fosse bastante diferente, e está a ser bastante diferente, como o Sr. Deputado sabe. Diz-me agora: garante que ela continua assim? Faremos tudo para que continue assim. É o que lhe posso garantir.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> Ministra, vou reportar-me, precisamente, à última vez em que nos encontrámos, que foi nesse dia 16 de dezembro, à célebre audição em que a Sr.<sup>a</sup> Ministra disse que «o sistema pifou», portanto, foi a audição do «pifou».

Tenho de voltar a esse tema porque hoje ouvi uma versão que não é a versão adequada em função daquilo que foi dito pela Sr.<sup>a</sup> Ministra nessa altura.

Fazendo o histórico, já foi aqui dito, mas não prescindo de o fazer: algures, em junho de 2025, o Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação, com aquela ênfase que ele dá sempre às suas intervenções, disse: «Em 15 dias está resolvido o problema das filas no aeroporto.» Dava 15 dias, duas semanas! É certo que a seguir devem-se ter metido os Santos Populares, depois o verão e chegámos a dezembro e foi o que se viu.

Mais: algures em novembro, o Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas teve uma afirmação que, para mim, é absolutamente lapidar, quando disse: «Isto é uma vergonha, temos de pedir desculpa.» Parece-me que tem toda a razão, Sr. Secretário de Estado.

Depois, a Sr.<sup>a</sup> Ministra, hoje, desvalorizou esse percurso e disse: «Ah, mas isto também aconteceu noutros anos, isto acontece noutros momentos.» Não, Sr.<sup>a</sup> Ministra, aquilo que aconteceu no aeroporto de Lisboa não aconteceu noutros anos e, que eu saiba, com aquela dimensão, não aconteceu em mais nenhum aeroporto da Europa onde se aplicasse o sistema europeu de controlo.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Aconteceu, aconteceu!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Naquela dimensão não creio.

E a Sr.<sup>a</sup> Ministra, hoje, disse ainda mais uma coisa: «Atenção, não há falta de controlo, continua-se a controlar.» Claro que sim, Sr.<sup>a</sup> Ministra, era o que faltava, era o que faltava! Mas, naquela altura, quando lhe perguntei sobre a possibilidade de levantar o sistema de controlo, a Sr.<sup>a</sup> Ministra disse: «É uma situação que não desejo, porque teria consequências graves.»

Agora temos a versão de hoje da Sr.<sup>a</sup> Ministra, a versão de 2026, que não bate certo com a versão de 2025, nem bate certo com a afirmação do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, aqui há uns dias, que disse que «o controlo não se desvalorizou um milímetro».

Sr.<sup>a</sup> Ministra, em que é que ficamos? Foi grave ou não foi grave aquilo que aconteceu, com as filas de sete horas, num País que depende do turismo? Foi ou não foi uma situação grave? Foi ou não foi uma situação única? Foi uma situação única em Portugal. Que outros países conhece a Sr.<sup>a</sup> Ministra que tenham aplicado o sistema europeu de entradas e saídas e tenham tido a mesma situação?

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Ministra, claramente, foi ou não foi uma situação grave, que levou, aliás, às medidas que tomaram no fim do ano, *in extremis*, perante o caos completo no aeroporto?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Bom, Sr. Deputado, há um ditado popular que diz «com o mal dos outros posso eu bem».

Temos notícias de que esta medida, prevista pelo regulamento comunitário, de suspensão pontual do EES em determinados postos de fronteira, foi tomada também por outros países. Mas pouco me importa. Teve de ser tomada no Aeroporto Humberto de Delgado e, sim, como, aliás, reconheci no dia 16 de dezembro, foi tomada depois da vivência continuada de uma situação grave para o País e que muito o prejudicou.

Agora, vamos cá ver: já nessa altura, o que eu disse foi que o Governo ia tomando medidas de acompanhamento diário da situação; que tinha formado um gabinete de crise, onde estavam presentes todas as entidades responsáveis, da ANA, à GNR, ao Sistema de Segurança Interna e até às entidades privadas concessionárias dos sistemas tecnológicos, que todos os dias reportavam ao Governo o que se passava.

Se no dia 16 de dezembro eu não tinha um plano de contingência, foi porque estava a ser preparado e me foi comunicado, no dia seguinte, com mais oito efetivos da PSP.

«*In extremis*», diz o Sr. Deputado, foi tomada a decisão, no dia 30 de dezembro, porque mesmo com os mais oito efetivos da PSP que me foram comunicados no dia seguinte ao dia 16 de dezembro, mesmo assim, a situação continuava ingerível.

Como eu disse, recusei-me sempre, e continuo a recusar-me porque me parece que é de elementar justiça, a encontrar um culpado fácil e único nisto tudo, que teria sido a Polícia de Segurança Pública e a deficiência do seu controlo nos postos de fronteira.

Essas deficiências foram larga e claramente atestadas pelo relatório da Comissão Estratégica Schengen, que esteve presente no aeroporto, justamente, também no dia 15 ou 16 de dezembro. Portanto, o que aconteceu teve uma causa complexa, não única, e foi devido, creio, a muita dificuldade de operação com os sistemas tecnológicos existentes, dificuldade de operação essa que não é imputável aos guardas de fronteira, mas é imputável, eventualmente, como eu disse no dia 16 de dezembro, a uma imprevidência da nossa parte quanto à necessidade de garantir a coordenação de todas as entidades participantes na situação.

Para terminar, há aqui uma coisa que não posso deixar passar em claro. Se foi grave, sob o ponto de vista de rutura das regras de segurança? Volto a repetir aquilo que disse: não, Sr. Deputado, em matéria de controlo e segurança não há rutura nenhuma. Os nossos agentes da PSP e os nossos militares da GNR, que continuam nas zonas mais afluentes de chegadas, fazem as chamadas «intercessões»: continua a ser recusada a entrada de pessoas que não podem entrar. Essa recusa é feita de acordo com as regras aplicáveis e é alimentada pela possibilidade de acesso a bases de dados internacionais, nomeadamente da INTERPOL (International Criminal Police Organization), que continuam acessíveis.

A única coisa que foi interrompida foi o nosso cumprimento para com a arquitetura do sistema europeu de fornecer o sistema de dados que somos obrigados a fornecer. Isso em nada, mas em nada, afeta a segurança nacional.

Para concluir, estou convencida de que as lições que aprendemos foram de tal ordem, que já sabemos, ou vamos sabendo, como evitar que o pior volte a acontecer.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Um dos mecanismos que temos usado, nesta etiologia complexa, nesta complexidade de causas que levou a uma situação insustentável, tem sido — não sei se os

Srs. Deputados sabem, mas posso dar essa informação, naturalmente — a de religar, por momentos, o EES. Isso tem sido feito no Aeroporto Humberto Delgado em horários determinados, para que possamos saber como é que agora funciona tudo nesses momentos em que o EES é religado. É a segunda semana em que essa prática está a ser adotada, em horas escolhidas de maior afluxo, para que possamos impedir que as coisas voltem a acontecer.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, a Sr.<sup>a</sup> Ministra referiu «imprevidência da nossa parte», e gostava que se concretizasse melhor quem é essa parte, porque é que aconteceu e quem são os responsáveis. Lembrome da audição em que a Sr.<sup>a</sup> Ministra disse, mais uma vez, que não imputava a totalidade da responsabilidade à PSP, mas que a PSP tinha uma parte da responsabilidade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Diga que é minha!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Portanto, pergunto-lhe o que é que quer dizer com «imprevidência da nossa parte.» Quería também referir-lhe o conhecimento que tenho sobre as conclusões do relatório, das indicações dos peritos da Comissão Europeia que estiveram, precisamente, a fazer a análise do que se passava no aeroporto. Julgo conhecer algumas das conclusões que foram divulgadas nos órgãos de comunicação social — e isto vem a propósito da questão da segurança, se o controlo é bem feito ou não, se há riscos de segurança —, nomeadamente a baixa qualidade de controlo nas fronteiras, a ausência de controlo de saída. Quería que a Sr.<sup>a</sup> Ministra confirmasse, ou não, se estas foram ou não algumas das conclusões tiradas.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra não tem grande tempo, há alguma imprevidência na utilização do tempo,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ou bem que responde ou bem que não responde! (*Risos.*)

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... mas devo dizer-lhe que, há pouco, porque houve alguma preocupação, relativamente a factos que envolveram agentes, em não fazer uma generalização e em salvaguardar a imagem das polícias — e isso parece-me muito bem —, fiquei preocupado, porque, a seguir, a quem ouvi fazer alguma generalização foi à Sr.<sup>a</sup> Ministra. Julgo que não a estará a fazer sem motivos, mas queria perguntar-lhe o que é isso dessa «cultura de violência que poderá existir em agentes mais novos».

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Ministra tem 24 segundos, mais 15 segundos de tolerância. A IL vai transferir...

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Sr. Presidente,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não vai transferir nada!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, só 1 minuto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas já mandas no Governo?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é nada contigo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falas com os teus assim, comigo não!

O Sr. **Presidente**: — Ó Srs. Deputados,...

*Pausa.*

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, quero fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

*Continuação dos protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e contraprotestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — É a cultura da violência!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, uma interpelação com duas partes. Creio...

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Pinto, Sr. Deputado Hugo Soares, Sr. Deputado Pedro Pinto, Sr. Deputado Hugo Soares, Sr. Deputado Hugo Soares, Sr. Deputado Pedro Pinto, Sr. Deputado Pedro Pinto, Sr. Deputado Hugo Soares... É cansativo ouvirem-me, não é? É cansativo aqui também ouvir essa dialética.

Sr. Deputado Rui Rocha, tem a palavra.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, é uma interpelação à Mesa em duas partes. A primeira é que eu sinalizei que estaria disponível para ceder tempo à Sr.<sup>a</sup> Ministra...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — e não percebo a que título o Sr. Deputado Hugo Soares está um bocadinho alterado, não creio que isso tenha a ver com o PSD, tem a ver com o Governo, portanto, confesso que não percebo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a ver com o Governo, sim.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Queria dizer ao Sr. Presidente, com uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, que cedo, no caso de a Sr.<sup>a</sup> Ministra ter interesse nisso, 30 segundos para poder complementar a sua resposta.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

*Pausa.*

Só 1 minuto, Sr. Deputado.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Agora estão com medo de aceitar! O Hugo Soares condicionou o Governo, onde é que já se viu!...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares quer fazer uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Com certeza, Sr. Presidente, sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quero dizer ao Sr. Presidente e à Câmara que não estou nada alterado.

O Sr. Deputado Rui Rocha fez exatamente aquilo que devia fazer, mas fê-lo quando pediu o uso da palavra, porque quando se dirigiu à Mesa, da bancada, disse «nós cedemos o tempo». Não, nós não «cedemos o tempo», já aqui tivemos essa discussão. O que o Sr. Deputado Rui Rocha deve fazer, e fê-lo muito bem, de seguida, é perguntar ao Governo se tem interesse em que a Iniciativa Liberal disponibilize o tempo. É só isso.

O Sr. **Presidente**: — É isso, é evidente que é isso.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi mais ou menos isso!

Estamos todos no mesmo diapasão de interpretação do Regimento e, portanto, não é preciso inflamar os ânimos.

O Governo informou a Mesa de que aceita os 30 segundos, e estão a ver como tudo é possível, na paz do Senhor.

Portanto, o Governo tem 54 segundos mais 15 de tolerância para responder. Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Rocha, o que é que eu quis dizer com imprevidência, o que é que estava em causa? Estava em causa a complexidade de um sistema que implicava isto: formação, pela primeira vez, de agentes da PSP como guardas de fronteira, de acordo com técnicas desconhecidas e que era preciso ensinar; recurso, da parte da ANA (Aeroportos de Portugal), a acompanhantes que facilitassem o acesso aos corredores essenciais; entidades privadas, com as quais se contrataram os instrumentos tecnológicos que precisavam de ser coordenados.

Imprevidência, Sr. Deputado, acontece. Ninguém é perfeito, nós não o fomos. A necessidade de garantir a coordenação de tudo isto, que acontecia pela primeira vez, foi difícil.

Pronto, é isto, não tenho tempo para responder às generalizações. Faça-me justiça, eu não as cometo, eu não as faço.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, tem a palavra para o conjunto de questões que entenda colocar.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.<sup>a</sup> Ministra, a segurança não se mede apenas pela ausência de crimes ou pelo número de operações policiais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estavas cá a fazer falta!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — E se é verdade que a segurança é essencial para garantir a liberdade de todas as pessoas, também é verdade que a liberdade e a segurança se defendem defendendo a confiança nas forças de segurança e nas instituições do Estado de direito democrático. Mas essa confiança constrói-se, Sr.<sup>a</sup> Ministra. Ela não é fé, é preciso construir essa confiança.

Por isso, Sr.<sup>a</sup> Ministra, é que vemos com muita preocupação estas notícias que saíram, que já discutimos hoje, sobre a atuação de mais de 10 agentes de duas esquadras de Lisboa. Estamos a falar de condutas como tortura, violação, humilhação e agressões, que tinham como alvo imigrantes, estrangeiros e pessoas em situação de sem-abrigo.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Estão sempre a falar disso!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — E não é por acaso que são estes os alvos, não é por acaso que são sempre estes os primeiros alvos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E os ciganos?!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.<sup>a</sup> Ministra, temos o maior respeito por todos os elementos das forças de segurança e pelo trabalho que fazem todos os dias na defesa da lei, da Constituição e da proteção de todas as pessoas. E precisamente por termos esse respeito, entendemos que qualquer responsável político não deve ser conivente com certo tipo de situações e com certo tipo de atitudes, e não as pode deixar passar.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Mas isso também implica enfrentar de frente o problema.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, não podemos dizer, como já aqui ouvimos hoje, que o sistema funcionou e que, como a Sr.<sup>a</sup> Ministra disse, temos todos os meios para impedir que isto aconteça.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, não vai dizer às pessoas que foram violadas com um bastão que o sistema funcionou; não vai dizer à mulher que foi algemada a um banco, como se estivesse a ser crucificada, que o sistema funcionou; não vai dizer ao homem que foi espancado durante 3 ou 4 horas e depois foi deixado na berma de uma estrada que o sistema funcionou, porque o sistema, Sr.<sup>a</sup> Ministra, manifestamente, não funcionou.

Por isso, Sr.<sup>a</sup> Ministra, entendemos também que é responsabilidade do Governo tomar medidas para que isto não se repita. Aquilo que a Sr.<sup>a</sup> Ministra fez neste Parlamento até ao momento foi enunciar princípios, não foi anunciar medidas, não foi anunciar absolutamente nada. Por isso, Sr.<sup>a</sup> Ministra, vou voltar a perguntar: o que é que o Governo vai fazer para prevenir abusos e violações de direitos humanos pelas forças de segurança? Qual é que é a estratégia do Governo para prevenção da radicalização?

*Aplausos do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Por isso é que o Manuel João Vieira ficou à frente do Jorge Pinto!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Muacho, percebo que insista num tema que a Sr.<sup>a</sup> Ministra já teve oportunidade de esclarecer à sociedade. Se o sistema não tivesse funcionado, nós não sabíamos destes casos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é evidente!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna**: — Se o sistema não tivesse funcionado, não havia prisões preventivas, não havia detenções, não havia queixas.

Sr. Deputado, peço desculpa, o senhor tem o direito de fazer as intervenções que quiser, como é óbvio,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ele é contra a polícia!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna**: ... agora, não queira é que o Governo colabore numa intervenção que tenta generalizar...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... uma atuação isolada de um ou dois elementos perante 20 000 ou 40 000 elementos das forças de segurança.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Com certeza!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna**: — Ó Sr. Deputado, nisso nós não participamos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Muacho, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.<sup>a</sup> Ministra, eu não fiz generalização nenhuma, pelo contrário.

Aliás, a Sr.<sup>a</sup> Ministra, ainda há pouco, reconheceu que, efetivamente, o número de situações deste género está a aumentar e falou-nos até de uma cultura de violência.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Se calhar o sistema funciona melhor!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Mas depois também nos disse que as razões dessa cultura de violência não vêm aqui ao caso. Vêm, sim, ao caso, Sr. Secretário de Estado e Sr.<sup>a</sup> Ministra.

É preciso recordar que a sua antecessora no cargo nos disse que o Governo iria ter tolerância zero com os movimentos extremistas no seio das forças policiais...

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — E tem, e tem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas quem é que disse?!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... e que queria separar a fruta podre.

A questão é: o que é que foi feito nesta matéria até ao momento? Porque, efetivamente, como também já foi dito, esta questão enquadra-se num problema maior de radicalização, de extremismo e de infiltração da extrema-direita nas nossas instituições, que não podemos continuar a ignorar, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh, olha ele!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Porque não é só no Parlamento que isso acontece.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — No Parlamento, as pessoas são eleitas! Que conversa é essa?!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Portanto, aquilo que eu esperava que a Sr.<sup>a</sup> Ministra nos dissesse era o que é que o Governo está a fazer. O seu Governo foi a eleições com o *slogan* «Deixem o Luís trabalhar», mas, na verdade, o único Luís que estamos a ver a trabalhar é o Diretor Nacional da Polícia Judiciária, Luís Neves, que efetivamente está a atuar para reprimir estas situações.

**Vozes do L:** — Muito bem!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Mas nós precisamos de prevenir, Sr.<sup>a</sup> Ministra, precisamos de garantir que estas situações não voltam a acontecer.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares e da Deputada do CH Rita Matias.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isto é surreal! Que vergonha!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ainda há dias foi desmantelada uma rede neonazi,...

*Protestos de Deputados do PSD e do CH.*

... aliás, um grupo muito conhecido de alguns Srs. Deputados, onde também estavam envolvidos agentes das forças de segurança.

*Continuação de protestos de Deputados do PSD e do CH.*

Sr.<sup>a</sup> Ministra, ainda agora lemos uma notícia que nos dizia que a cidade de Guimarães acordou cheia de suásticas e de mensagens racistas nas paredes. Os crimes de ódio aumentaram, desde 2019, sete vezes. E o que é que o Governo está a fazer nesta matéria, Sr.<sup>a</sup> Ministra?

*Protestos do CH.*

Pergunto-lhe novamente: o que é que o Governo está a fazer para combater a radicalização da extrema-direita no nosso País e para travar a sua infiltração nas nossas instituições?

*Aplausos do L.*

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares e da Deputada do CH Rita Matias e contraprotestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Jorge, se fosse eu, não aparecia mais aqui!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Não abdicou para receber o salário e teve o pior resultado!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, tem a palavra para responder.

*Protestos do CH e contraprotestos do L.*

Srs. Deputados, foram feitas uma ou duas perguntas, e é preciso criar condições para o Governo poder responder. Não leva a lado nenhum, essa dialética.

Faça favor, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Muacho, voltamos outra vez ao mesmo tema. A Sr.<sup>a</sup> Ministra, na sua intervenção inicial, e em resposta a instâncias de outro grupo parlamentar, referiu várias vezes — várias vezes! — a aposta na formação, o incremento da formação em direitos humanos, em todas as vertentes, que tem feito atualmente na PSP, na GNR e noutras forças e serviços de segurança.

Os exemplos de que o senhor falou são exemplos isolados.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já agora a PSP responde ao Governo! Já agora...!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna**: — Aliás, se tiver a noção, por exemplo, os casos de que falámos do Largo do Rato, quem é que denunciou? A hierarquia da Polícia de Segurança Pública! Vai-me perguntar: «Vamos garantir que há, em todo o lado, crime zero?» Não há, e, portanto, não pode haver.

*Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.*

Agora, no que não colaboraremos, volto a dizer, é na generalização de matérias desta relevância, porque todas as forças, sejam as forças de segurança sejam quaisquer outras instituições, de vez em quando têm situações destas. O que é que devemos fazer? Preveni-las e remediá-las quando elas acontecem. É isso que fazemos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Muacho já não tem mais nada para dizer. Fraquinho! Chamem o Manuel João Vieira! Se fosse eu, nunca mais aparecia aqui!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, gostaria de lhe colocar uma primeira questão sobre o acordo que foi assinado entre o Governo e as estruturas representativas das forças e serviços de segurança.

Foi concretizado o suplemento de risco, mas tudo o resto está por concretizar: as carreiras, as tabelas remuneratórias, as questões da avaliação e os demais suplementos. Não venha dizer que tudo isto está a avançar, porque aquilo que se sabe é que a atualização dos suplementos remuneratórios foi em dois e fica aquém daquilo que é necessário.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Ministra, aquilo que estamos a verificar é, de facto, um adiamento dos compromissos assumidos por parte deste Governo com as estruturas representativas das forças e serviços de segurança. E a questão é se, efetivamente, o Governo vai cumprir com a sua palavra ou se vai continuar com este adiamento.

Queria também perguntar-lhe o seguinte: foi aprovada uma proposta do PCP, que é norma do Orçamento do Estado para 2026, que tem a ver com o facto de o pagamento dos remunerados realizados pelos polícias ser feito até 60 dias depois da realização dos mesmos. Há, inclusivamente, uma portaria que refere que esse pagamento pelas entidades é feito em momento anterior à realização desses mesmos serviços. Portanto, a pergunta é: que diligências é que estão a ser tomadas para que esta norma seja cumprida?

A terceira questão prende-se com a situação no aeroporto. Já ouvi aquilo que a Sr.<sup>a</sup> Ministra disse relativamente a esta matéria, e o culpado por essa situação é mesmo o Governo, porque não tomou medidas para reforçar os profissionais da PSP, em particular na Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras. Aliás, nós falámos da necessidade do reforço em termos dos profissionais, e não é desviando-os das esquadras que se vai resolver esse problema. É evidente que é preciso esse reforço.

Aquilo que também temos visto, que não é da sua responsabilidade direta, mas é do Governo, é uma total submissão do Governo relativamente à ANA Aeroportos, até no que diz respeito à gestão e à situação do próprio aeroporto.

Outra questão que lhe quero colocar neste momento prende-se com a situação que tem vindo a público por diversas notícias, que dão conta de comportamentos graves e violentos por parte de elementos das forças de segurança.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, trazemos aqui esta questão, não para generalizar, mas porque nos preocupa, e preocupa bastante, os mecanismos de seleção e verificação quotidiana, tendo em conta que muitos destes comportamentos estão a vir de elementos mais novos da PSP.

Portanto, a questão que gostaria de lhe colocar é se os requisitos que neste momento existem para a admissão na Polícia não estão a ser aligeirados. O que pensa sobre isso? E qual é o acompanhamento que está a ser feito, ao longo da carreira dos polícias, para garantir que a sua conduta é consentânea com os valores da instituição, mas também com os direitos, liberdades e garantias que estão consagrados na nossa Constituição?

Uma última questão é sobre a falta de meios da IGAI. Já há três anos questionámos o Governo da altura sobre esta matéria, e o que gostaria de lhe perguntar é se, efetivamente, a IGAI tem todos os meios para intervir relativamente a estas questões.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem a palavra para responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, começo pela última questão, que, se bem entendi — se entendi mal, as minhas desculpas —, é a única questão nova que a Sr.<sup>a</sup> Deputada, neste contexto, me põe.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Às outras não respondeu!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Quanto à IGAI, ela funciona impecavelmente. Tem todos os recursos? Não tem. Neste momento, tem algumas faltas, não tanto a nível da inspeção, mas de apoio, que estou a tentar suprir e que dependem sobretudo do acordo com o Ministério da Justiça.

Quanto a todas as outras questões que a Sr.<sup>a</sup> Deputada teve a gentileza de me pôr, lamento, talvez não tenha entendido bem, mas rementem para coisas que já disse.

Primeiro, sobre o que disse, de o Governo não estar a cumprir o acordo que firmou com a estruturas representativas do setor, não é verdade.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — É um facto!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Administração Interna**: — Não é verdade, Sr.<sup>a</sup> Deputada, porque, volto a dizer, o acordo que foi firmado era de que o Governo deveria continuar as negociações com temas muito, muito amplos. Que eu saiba, nunca houve negociações sistemáticas levadas a cabo entre o Governo, entre o MAI, e as associações socioprofissionais e sindicatos das forças de segurança com este objeto tão amplo, que incide sobre todas as questões que têm afetado os profissionais das forças de segurança.

E garanto-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada — não estou a mentir —, que o Governo não parou. O Governo tem trabalhado incessantemente sobre isso, cumprindo o acordo que foi firmado a 4 de julho de 2024. Eu não volto a repetir os temas que foram indicados nesse acordo, o trabalho que está a ser feito para os resolver, como não volto a repetir a questão central, que é a questão da reestruturação de carreiras e de remunerações, que, pelo seu alcance sistémico — e digo bem, sistémico, em toda a amplitude do termo —, requer um estudo aturado, uma preparação ponderada e que será apresentado em data, como eu disse, que não posso antecipar, às associações socioprofissionais no tempo devido.

Portanto, a ideia de que o Governo não tem cumprido é uma ideia que tem sido veiculada no espaço público, mas falsamente, porque o Governo está a cumprir o acordo que ficou firmado, como eu já disse várias vezes, no dia 9 de julho de 2024, quando se estabeleceu, se chegou a um final de negociação, sobre o aumento gradual do suplemento de subsídio e risco.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não insista nessa ideia, porque, repito, essa ideia que tem sido veiculada no espaço público é falsa e é bastante injusta face a todo o trabalho que quotidianamente é feito no MAI, por toda a equipa governativa no MAI, para honrar, mas honrar de forma séria, ponderada, não precipitada e não demagógica — e não demagógica —, o acordo a que o Governo chegou.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, veja: o acordo é de julho de 2024, passou 2025, estamos em 2026, e sobre carreiras e tabelas remuneratórias da parte do Governo, nada. Foi isso o que a Sr.<sup>a</sup> Ministra acabou de dizer e creio que estamos conversados sobre o cumprimento do acordo.

Queria ainda perguntar-lhe o seguinte, relativamente às questões da proteção civil: o Governo anunciou que iria avançar com uma reestruturação da proteção civil, também em aspetos que têm a ver com o estatuto...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Acabou o tempo, mas acho que se compreendeu o sentido da pergunta.

O Governo informa que não tem nada a responder, portanto, dou a palavra ao Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, num ponto prévio, queria voltar aqui à questão, que passou em várias intervenções, sobre a forma como valorizamos ou não as forças de segurança e como distinguimos umas coisas das outras, que se passam nas forças de segurança.

Houve Srs. Deputados que intervieram aqui e disseram: «Não, nós somos muito a favor das forças de segurança. Nós somos a favor da dignidade das forças de segurança, queremos é que elas sejam bem tratadas.»

E a seguir, com certeza, falaram das inúmeras operações em que essas forças de segurança protegem os cidadãos nacionais e combatem o crime?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, nem uma, nem uma apreensão de droga, nem um combate à imigração ilegal, nem um desmantelamento de criminalidade organizada, nem um incendiário preso — nenhuma.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Exatamente!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas falaram com detalhe de episódios em que, eventualmente, alguns membros das forças de segurança possam ter cometido algum crime. E isto não é por acaso. Dizia o Sr. Deputado — e vou dizer o nome — Pedro Delgado Alves: «Não, não, nós não generalizamos.» Não generalizam? Os senhores, quando tiveram a oportunidade de não generalizar e de proteger um serviço de segurança exemplar, que era o SEF, os senhores, por causa de menos de meia dúzia de agentes, acabaram com o SEF.

*Aplausos do PSD e de Deputados do CH.*

Acabaram com o SEF! Os senhores não foram capazes. Ainda não tinha havido nenhuma consequência de processo disciplinar, ainda não tinha havido nenhuma diligência do Ministério Público, e já os senhores tinham anunciado que iam acabar com o serviço.

Portanto, não venham dizer que não generalizam, não venham dizer que o que querem é proteger os agentes, porque os senhores tiveram a oportunidade de o fazer e fizeram exatamente o contrário.

Voltando à questão essencial, Sr.<sup>a</sup> Ministra, as cidades portuguesas têm uma realidade que é evidente e que, infelizmente, se vai generalizando, que são as lojas de fachada.

**Vozes do CH:** — Ah!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Aí está uma questão central para a segurança nacional!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Há muitos estabelecimentos nos centros das nossas cidades que, se são de brindes, vendem um íman, se tanto, durante o dia inteiro. Se são de restauração, servem uma ou duas refeições o dia inteiro. E, depois, vai-se a ver, e estas mesmas lojas têm dezenas de funcionários — há também as barbearias que não cortam cabelo a ninguém, tinha-me esquecido dessas —, pagam rendas milionárias,...

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e as pessoas que passam nestas ruas, aqueles que antes tinham o comércio tradicional nesses mesmos sítios, perguntam-se: «Como é que eu não podia pagar a renda e trabalhava dia e noite? Como é que eu não podia pagar a renda e tinha a família toda a trabalhar para tentar manter o negócio que foi da família, gerações e gerações?» E agora chega alguém que não tem negócio nenhum, tem a porta aberta mais horas do que estas pessoas conseguiam, até altas horas da noite e — pasme-

se — consegue manter isso, consegue pagar essas rendas, consegue não ter negócio que se veja. Como é que isso é possível?

O CDS aprovou aqui, no Parlamento, com os votos de muitas bancadas, um projeto de resolução para combatermos esta realidade. Agora, esta realidade só pode ser combatida se houver uma ação de várias entidades do Estado ao mesmo tempo.

No início desta legislatura, este Governo anunciou uma série de ações interdisciplinares com várias forças envolvidas. O que eu pergunto é se este tipo de ações vai avançar para que estas lojas de fachada sejam fiscalizadas e a legalidade prevaleça.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Interna**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, duas notas muito diretas e muito breves em relação àquilo que diz.

Eu gostava só, pegando no que o Sr. Deputado disse, de dar aqui um exemplo concreto, que é: quando nós temos esse tipo de casos nas forças de segurança, que, efetivamente, não podem ser generalizados, porque são casos muito isolados, há, no entanto, um dano de imagem para as próprias forças de segurança. E é por isso que temos de trabalhar para garantir — como disse a Sr.<sup>a</sup> Ministra, e bem — que no plano da formação permanente das forças de segurança isso não acontece.

Agora, digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado: eu acho que valeria a pena um dia o Sr. Deputado, e outros Srs. Deputados, se tiverem ocasião — nós, por função governativa, vemos muitas vezes —, assistirem a um compromisso de honra ou a um juramento de bandeira na PSP ou na GNR,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já assisti!

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Interna**: — ... porque o que temos ali são polícias e militares que juram dar a sua própria vida para defender a Constituição e a lei.

*Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do CH.*

Isso é muito impressionante e é uma coisa a que vale a pena assistir.

Em relação à sua segunda pergunta, queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que, obviamente, as forças de segurança e, desde logo, a PSP, nos grandes centros urbanos, têm um trabalho — que, realmente, o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna tem acompanhado, e vi isso, ainda agora, no período festivo —, que é o chamado programa Comércio Seguro, que é um programa de acompanhamento direto do comércio, do que acontece, e, obviamente, de prevenção das situações que o Sr. Deputado refere e que eu sei que têm um empenhamento particular da sua parte.

A ideia que nós temos, a ideia que o Governo tem, que o XXIV Governo já tinha e que este Governo mantém, é que nós combateremos essas situações tanto melhor quanto tivermos uma atuação integrada de várias forças e serviços de segurança. É por aí, porque muitas vezes nós não conseguimos saber se uma loja, eventualmente de fachada, é de fachada se não tivermos, por exemplo, a ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica) a intervir,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Interna**: — ... ou se não tivermos a Autoridade Tributária, porque a Autoridade Tributária é que pode ir ver as contas, ou a Autoridade para as Condições do Trabalho.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Interna**: — Portanto, esse é o plano, esse é o modelo, é por aí que tem de se trabalhar, e isso, obviamente, detetará, atrás dessa fachada, alguns tipos criminais que, obviamente, nós temos de combater na nossa sociedade.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves quer fazer uma interpelação à Mesa para distribuir um documento. Faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, muito telegraficamente, é para pedir à Mesa para distribuir o Programa Eleitoral do Partido Socialista de 2019, onde se torna evidente que a proposta relativa à autonomização das funções administrativas e policiais do SEF antecedia os incidentes a que o Sr. Deputado João Almeida se referiu, para que o debate possa ser feito com base em documentos, com base em seriedade e nos factos.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso não interessa a ninguém!

O Sr. **Presidente**: — Logo que chegue o programa eleitoral, nós distribuimos.  
Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem a palavra.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Srs. Secretários de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os relatos de tortura e de violação que envolvem agentes das esquadras do Bairro Alto e do Rato, bem como a notícia...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora, aí está!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... do envolvimento de um agente da PSP numa milícia de extrema-direita, atestam uma patologia de uma abjeção visceral, que convoca qualquer cidadão decente a uma náusea irreprimitível.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Ah!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Estamos a falar de um grupo de agentes — não de todos os agentes, não queiram desviar a discussão — que incumpriram o dever que lhes é atribuído quando juraram obedecer à Constituição e à lei da República, porque lhes confiamos o monopólio da violência do Estado, Estado de direito democrático.

E é por isso que nos inquieta saber que um grupo de agentes filma atos de tortura a que sujeita cidadãos vulneráveis e que os divulga em grupos do *WhatsApp*, onde figuram mais de 70 agentes das forças de segurança.

E é sobre esta inquietação que eu quero fazer perguntas à Sr.<sup>a</sup> Ministra. Sr.<sup>a</sup> Ministra, não acha que houve aqui um sentimento de impunidade, que poderá, certamente, estar ligado ao facto de a esquadra do Rato ter estado, por tempo a mais, sem comando superior? Estamos a falar de 70 agentes, Sr.<sup>a</sup> Ministra. Foram eles identificados e suspeitos preventivamente, por falharem ao dever de denúncia.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, quando é que garantimos que todas as salas de detenção deste País — é um compromisso do seu Governo — têm circuito de gravação, vídeo e áudio, para que mais nenhum cidadão seja sujeito a um filme de terror, sob custódia do Estado.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, quando é que finalmente divulga o relatório para uma estratégia pedagógica para os direitos humanos nas forças de segurança? Nós valorizamos o papel da PSP se afastarmos da instituição quem não está à altura da farda e da missão de defender o nosso Estado de direito democrático.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fabian, estás a perder qualidades!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado Adjunto, tem a palavra para fazer o favor de responder.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, este já foi um assunto debatido variadíssimas vezes, mas, ainda assim, reforçando o que lhe disse, nós recordamos, caso não tenha ficado ciente do que já tivemos oportunidade de dizer, que este caso foi denunciado às instâncias judiciais pela hierarquia da PSP; que este caso levou a que existissem três processos disciplinares; que existiram dois processos judiciais; e que, em consonância, a hierarquia da PSP afastou os agentes da esquadra e, portanto, fez o que tinha de fazer.

Agora, nós tratamos as forças de segurança da mesma forma que tratamos os outros criminosos, que têm todos direito à presunção de inocência. Nós tomámos todas as atitudes preventivas e, neste caso, punitivas, a seguir. Agora, o julgamento far-se-á. Nós não vamos fazer um julgamento na praça pública, na Assembleia da República. Não o vamos fazer.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna**: — As instâncias farão o que têm de fazer, estão a fazê-lo, quer o Ministério da Administração Interna, quer a Inspeção-Geral da Administração Interna, quer a Polícia de Segurança Pública, quer os tribunais e quer o Ministério Público. E nós aguardaremos serenamente.

Agora, o que os senhores querem fazer é um julgamento na praça pública a um caso concreto, generalizando para todas as forças de segurança, e nós não compactuamos com isso, Sr. Deputado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para fazer perguntas, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Relativamente ao caso, já aqui amplamente falado, da PSP, queria apenas reforçar que não tomamos o todo pela parte. A formação, bem sabemos, é importante, e falou detalhadamente nas medidas que foram aplicadas aos agentes em concreto, mas é importante que haja, na perceção e na opinião pública, a confiança em que, quando existe um problema grave de insegurança no País, as pessoas podem e devem dirigir-se às forças de segurança e que todas as medidas vão ser adotadas. Por isso, acho que não é de estranhar que todos tenhamos ficado consternados relativamente a esse caso.

Gostaria de lhe falar em dois temas que são da maior preocupação, Sr.<sup>a</sup> Ministra, sendo um deles a violência doméstica. Continuamos a ter dados muito alarmantes e, no entanto, nem toda a informação consta do RASI, nomeadamente no que se refere às suspensões provisórias do processo — que não constam do RASI, apenas existem as participações e as efetivas acusações e processos que tramitam. Casos em que há a suspensão do processo, como o que aconteceu em Machico, com o bombeiro que agrediu violentamente a mulher à frente de uma criança, não constam do relatório, por exemplo.

Nesse sentido, o PAN já deu entrada de uma iniciativa que recomenda, precisamente, que se altere o relatório e passe a existir mais transparência nos dados, para que possamos trabalhar com este fenómeno em todas as suas dimensões. Pergunto se estão disponíveis, o Governo e a Sr.<sup>a</sup> Ministra, para trabalhar nesse mesmo sentido, ou seja, para termos mais informação, na sua completude, sobre esta dimensão.

Por outro lado, a Sr.<sup>a</sup> Ministra tem também as esquadras de atendimento às vítimas de violência doméstica, cuja rede tem de ser expandida para todo o País. Gostaria de saber o que está previsto para este ano de 2026, tendo em conta que a abertura do ano passado não é suficiente para dar a resposta de que o território precisa.

Por fim, o 112 Animal. Já uma vez tive oportunidade de questionar o Governo precisamente sobre a linha 112 Animal, da PSP, que foi extinta, e a resposta que me foi dada foi que seria assegurada pelos comandos territoriais. A verdade é que as queixas que o PAN tem recebido a este respeito são de que a população tem muita dificuldade em saber, sobretudo por força das diferentes competências da GNR e da PSP, onde se deve dirigir. Isto pode significar a diminuição da capacidade de participação deste tipo de crimes e também uma falsa diminuição desta criminalidade, quando ela continua a existir. Pergunto se está disponível para repor...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado Adjunto, tem a palavra para responder.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, obviamente que o Governo está disponível para analisar, estudar e, em conjunto, fazer tudo para melhorar o RASI e os dados que ali estão, não haverá dúvidas sobre essa matéria.

No entanto, queria dar-lhe duas notas sobre o que disse. Por um lado, tem existido um incremento muito positivo e muito assinalável, quer na GNR, quer na PSP, das ações de formação, das ações de prevenção no âmbito da violência doméstica. Todos os anos tem havido aumento não só das ações que são feitas, nos mais variados locais, por estas forças de segurança, como também do número de pessoas que são abrangidas pelas mesmas, bem como relativamente à formação dos agentes e dos guardas destas duas forças de segurança.

Em relação às salas de atendimento à vítima, obviamente que deve haver mais, mas, ainda assim, queria dizer-lhe que existem atualmente 854 salas de atendimento à vítima no território nacional. É um número que deve ser melhorado, mas acho que já dá a possibilidade de termos um atendimento adequado.

Relativamente ao 112 Animal, de que falou — acho que já tivemos esse debate aqui, aquando da discussão do Orçamento do Estado para 2026 —, as indicações que temos das forças de segurança são de que, de facto, essa linha não tinha muita utilização. E isso porque, normalmente, os donos desses animais ou as pessoas que procuravam o apoio das forças de segurança recorriam aos números normais, recorriam aos *emails* normais e recorriam às esquadras e aos postos territoriais das duas forças de segurança. Portanto, nesse sentido, as forças entenderam que não valeria a pena, mas há sempre a possibilidade de revisitarmos o assunto.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Por fim, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para fazer perguntas.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Srs. Secretários de Estado, falar de segurança interna é falar de pessoas reais, é falar de todos aqueles que nos protegem, de profissionais que arriscam a vida todos os dias, muitas vezes sem meios e, em muitos casos, sem o reconhecimento e sem o respeito do nosso Estado.

Na PSP e na GNR, como noutras forças de segurança e em todas as outras profissões, há e sempre houve bons e maus profissionais, temos é de saber separar o trigo do joio. Na PSP e na GNR, em muitos casos, faltam condições dignas, faltam operacionais e viaturas e falta, sobretudo, justiça no tratamento que é dado a quem assume riscos reais ao serviço do Estado.

O que sobra, Sr.<sup>a</sup> Ministra, infelizmente, é injustiça. É inaceitável que agentes da PSP e militares da GNR, que enfrentam a criminalidade violenta, armas e tráfico de droga, continuem a não usufruir de um subsídio de risco ou de missão. As funções são diferentes, é verdade, mas o perigo é o mesmo e quem está na linha da frente não pode continuar a ser tratado como uma força de segunda.

Por isso, deixo aqui duas questões, Sr.<sup>a</sup> Ministra. Quando vai o Governo atribuir um subsídio de risco ou missão à PSP e à GNR, equivalente àquele que já foi atribuído à Polícia Judiciária em finais do ano de 2023? Existe, ou não existe, da sua parte e da parte do seu Governo, vontade política para corrigir esta desigualdade a curto prazo?

Por outro lado, na área da proteção civil, infelizmente, o cenário repete-se, com profissionais e voluntários exaustos, pelo que gostaria de saber que reforço e planeamento em concreto está ou vai ser feito no que diz respeito à prevenção e combate aos fogos florestais e ao socorro e emergência médica.

Para terminar, Sr.<sup>a</sup> Ministra, pergunto se está ou não previsto o lançamento do concurso para o segundo meio aéreo de combate aos incêndios florestais na Região Autónoma da Madeira.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, tem a palavra para responder.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Interna**: — Sr. Presidente, repartirei o meu tempo com o Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil, em relação a esta última pergunta.

Quanto às perguntas do Sr. Deputado, agradecendo-as obviamente, queria só lembrar o Sr. Deputado de que, em janeiro deste ano, entrou em funcionamento a última *tranche* do subsídio de risco que foi acordado com alguns dos principais representantes, sindicatos e associações socioprofissionais, da PSP e da GNR, e de que tivemos o maior aumento de sempre da componente salarial para as forças de segurança. Foi o maior aumento de sempre! O maior aumento em democracia, o maior aumento de sempre, sendo que o salário de entrada passou de 1190 € para 1700 €.

Queria aproveitar para lhe dizer, porque sei que o Sr. Deputado se preocupa com isso mesmo, que estamos a melhorar significativamente as condições de trabalho das forças de segurança. Dou-lhe só um exemplo: em termos de investimento em infraestruturas, o Governo acelerou a execução, que era de 17 %, para cerca de 40 %, além de que já foram entregues 1000 viaturas às forças de segurança e contamos entregar mais 700 no próximo ano. É um esforço grande para melhorar essas condições.

Deixarei, então, agora o Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil responder à outra questão.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil, tem a palavra para responder.

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sim, estamos a reforçar os meios de combate para esta época de 2026 e, como disse há pouco, as diretivas operacionais não são grupos de trabalho, são mesmo documentos que vão implementar aquilo que pretendemos.

Vamos também operacionalizar, no mais curto espaço de tempo, o apoio externo de 10 milhões de euros, através das CCDR (comissões de coordenação e desenvolvimento regional), o que vai permitir que 50 veículos florestais contra incêndios sejam entregues às associações humanitárias de bombeiros voluntários.

Temos, em final de recruta, 64 elementos para incrementar a Força Especial de Proteção Civil. E também já temos uma reunião agendada com a Associação Nacional de Municípios Portugueses para fazer uma maior interação e interligação com os meios municipais e com o aproveitamento dos centros municipais de proteção civil e dos seus coordenadores.

Queria ainda dizer ao Sr. Deputado que, relativamente ao meio aéreo para a Madeira, a responsabilidade da contratação dos meios aéreos é da Força Aérea e, portanto, do Ministério da Defesa, e tudo faremos para que possa ser espoletado o processo para garantir que esse meio chegue à região autónoma.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Com esta resposta termina este debate, mas não terminou ainda a sessão.

A nossa sessão de amanhã é às 10 horas e a ordem do dia encontra-se devidamente distribuída e disponível para consulta nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Permitam-me, ainda antes de terminar, uma última palavra, porque assinalámos, no passado sábado, os 101 anos da morte de Miguel Torga, escritor, poeta e democrata, um homem que amou Portugal, não por idealizar o País, mas por conhecê-lo bem, e assim escreveu sobre as nossas paisagens, sobre o nosso povo, sobre os valores fundamentais da experiência humana. Hoje, evocamo-lo neste Parlamento e vamos ouvir, em sua homenagem, três poemas, lidos pela sua voz, nos Passos Perdidos.

*Aplausos gerais.*

Estão encerrados os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 13 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*